

## A EXPERIÊNCIA MONETARISTA NO CHILE: UMA ABORDAGEM CRÍTICA (\*)

R. Ffrench-Davis (\*\*)

### 1 — Introdução

As políticas económicas postas em prática nos vários países do mundo nos últimos 30 anos tenderam para a heterodoxia. Durante esse período, a prática de abordagens extremas foi excepcional. Na última década, no entanto, do leque de opções estratégicas abertas aos países em desenvolvimento, foram aplicados no vértice meridional da América Latina modelos económicos de monetarismo extremo. O exemplo mais ortodoxo é o do modelo imposto no Chile desde 1973 (1).

Podem apontar-se quatro razões para a importância particular da experiência chilena.

Em primeiro lugar, o Chile era caracterizado pela sua longa tradição democrática e pelo amplo pluralismo inerente às suas instituições e cidadãos. Depois do golpe de 1973 instaurou-se um regime autoritário que veio a adoptar o actual modelo monetarista e que concedeu aos seus executores uma autonomia verdadeiramente excepcional na concepção, na aplicação e no ajustamento das medidas a ele associadas.

Em segundo lugar, trata-se do exemplo mais acabado de uma aplicação contemporânea da «ortodoxia» monetarista, dada a sua «pureza», profundidade e extensão da cobertura.

---

(\*) Tradução de A. S. Lopes do artigo «The monetarist experiment in Chile: a critical survey», publicado em *World Development*, vol. 11, n.º 11, pp. 905-926, 1983.

O artigo foi publicado como parte de um programa de investigação sobre «Macroeconomia e balança de pagamentos», apoiado financeiramente pelo International Development Research Centre (IDRC). Uma versão mais reduzida foi publicada em *Problèmes d'Amérique Latine*, n.º 66 (Paris), e em *Colección Estudios*, CIEPLAN 9 (Santiago, Dezembro de 1982).

(\*\*) O autor era, à data da publicação do artigo em *World Development*, investigador da CIEPLAN. Ao apresentar o seu artigo, agradece os comentários que lhe foram feitos por E. Garcia, R. Lagos, J. Ramos, J. Ruiz-Tagle, R. Zahler e por investigadores da CIEPLAN, particularmente J. P. Arellano, R. Cortázar e A. Foxley.

O conselho editorial de *Estudos de Economia* agradece ao autor e a *World Development* a autorização dada para a tradução.

(1) Este modelo tem sido designado de formas várias, como ortodoxo, de monetarismo integral ou global, neoliberal, neoconservador e ainda de economia de mercado «social». A última designação, que é a de uso oficial mais corrente, leva a interpretações erradas quando é confundida com abordagens como as da República Federal da Alemanha e outras que dão prioridade aos aspectos sociais.

Em terceiro lugar, a sua prolongada sobrevivência de cerca de uma década proporciona um vasto campo para a avaliação dos efeitos.

Por fim, o caso chileno tem sido amplamente apontado como de «sucesso», com o apoio de representantes de certas instâncias financeiras, algumas instituições internacionais e círculos «liberais» que parece darem à «liberdade económica» prioridade absoluta sobre outras dimensões da actividade humana. A experiência tem sido citada frequentemente por esses meios como o modelo a adoptar por outros países em desenvolvimento. Daí que a compreensão das suas reais características e dos resultados a que tem conduzido tenha uma importância que ultrapassa o caso particular do Chile.

Em face da profundidade, cobertura e continuidade da aplicação do modelo, a análise a que se procede neste artigo é necessariamente selectiva; e, mesmo nas áreas que vão ser consideradas, o tratamento não poderia deixar de ser esquemático<sup>(2)</sup>.

Concentraremos a atenção nos aspectos económicos, começando com um estudo das características mais específicas do modelo (secção 2); analisaremos depois as políticas aplicadas em três áreas estratégicas para o modelo, a saber, o programa anti-inflacionista, a reforma do sector financeiro e a abertura ao comércio externo (secção 3); segue-se uma exposição dos principais resultados em relação à produção nacional, distribuição do rendimento e riqueza, e implicações dos resultados obtidos sobre o crescimento futuro, especialmente no que respeita a investimento-poupança (secção 4). O artigo termina com uma recapitulação breve das lições a retirar desta experiência de monetarismo ortodoxo.

Como em todas as experiências práticas, tem havido sucessos e insucessos neste caso. O saldo líquido que resulta da nossa análise e das investigações efectuadas por vários autores nas condições difíceis que se registam no Chile é negativo, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista estritamente económico. A contrapor a sucessos como os da expansão das exportações não tradicionais e da redução da inflação, tem havido insucessos notórios, ou resultados medíocres, em muitas outras áreas.

Ao longo do estudo mostra-se que têm sido deficientes os efeitos sobre a produção nacional, que a concentração da riqueza e do rendimento tem sido acentuada e que as bases da produção têm enfraquecido. Tais resultados devem-se à incapacidade do monetarismo ortodoxo em três áreas estratégicas, que o têm impedido de funcionar efectivamente nas economias

---

(2) As referências que se fazem ao longo do texto permitem o contacto com informação de fundo e análises mais pormenorizadas. Ver, em especial, FOXLEY (1982).

Os relatórios semestrais do Departamento de Economia da Universidade do Chile e o *Boletín Mensual* do Banco Central proporcionam informação e interpretações sobre as diferentes políticas económicas adoptadas. Os principais discursos oficiais podem ser vistos em DIPRES (1978). Por fim, uma série de notas para não especialistas publicadas entre 1976 e 1982 encontram-se coligidas em CIEPLAN (1982).

em desenvolvimento. Em primeiro lugar, a heterogeneidade das estruturas produtivas, os problemas sectoriais e regionais e a segmentação persistente dos mercados apresentam-se como obstáculos inevitáveis à eficácia das políticas económicas globais e indirectas. Em segundo lugar, as desigualdades iniciais entre os agentes económicos que são de forma indiscriminada lançados em concorrência uns contra os outros determinam que a liberalização e «privatização» globais e a «neutralidade» imposta às políticas aumentem a concentração do poder económico. Por fim, a presença de tendências desestabilizadoras e assimétricas nos processos de ajustamento, no contexto macroeconómico criado pelo monetarismo ortodoxo, gera custos excepcionalmente elevados do ponto de vista social e económico. O quadro macroeconómico resultante tem tendido, na prática, para beneficiar a especulação em detrimento da produção e do investimento.

## **2 — Características centrais do modelo**

Têm sido feitas na América Latina muitas tentativas para estabelecer políticas económicas que permitam ao mercado o desempenho de papéis mais importantes do que os que lhe têm pertencido. Isto pode, no entanto, implicar intensidades muito variadas na acção do mercado, no papel do Estado, na propriedade dos meios de produção e na participação das diferentes forças sociais na tomada de decisões e na distribuição dos resultados do desenvolvimento.

É inegável a existência em 1973 de desequilíbrios macroeconómicos substanciais que tinham de ser corrigidos, assim como se registava demasiada intervenção na economia, com controle «microeconómico» excessivo sobre as empresas públicas e privadas. As provas disso transparecem nas próprias críticas formuladas em 1972-1973 por porta-vozes da Unidade Popular, a coligação no Governo com o Presidente Allende (BITAR, 1979, capítulo v).

A extensão dos desequilíbrios e a plena inconsistência do intervencionismo público, ainda que justificado, facilitaram a introdução da óptica monetarista ortodoxa depois de Setembro de 1973. Assim, no Chile, em contraste com outros regimes autoritários da América Latina, surgiu imposta uma versão extrema de monetarismo integral.

Em face da amplitude do papel atribuído ao mercado, da intensificação da propriedade privada dos meios de produção e das transformações impostas sobre a organização social do país, o modelo em discussão é efectivamente um caso extremo. Muitas das vias de participação social e desenvolvimento surgidas no processo continuado de democratização do Chile durante as décadas precedentes foram suprimidas, controladas ou desarticuladas após 1973.

A aplicação do modelo deu origem a alterações substanciais no papel desempenhado pelo sector público na economia; ela implicou uma retirada geral, gradual ou abrupta, do largo campo de acção coberto pelo Estado;

isto englobou a propriedade pública<sup>(3)</sup>, o papel activo do Estado no desenvolvimento e a orientação de políticas económicas indirectas que, era afirmado, deveriam ser absolutamente «neutras»<sup>(4)</sup>. A concepção do «Estado subsidiário» foi aplicada dentro de limites marcadamente estreitos e na presunção de que o mercado privado podia assumir numerosas funções que, na realidade, não conseguiria desempenhar de modo satisfatório.

As «transformações estruturais» foram levadas a efeito sem que se tivessem resolvido os sérios problemas de curto prazo com que se confrontava a economia chilena. Este procedimento foi em parte devido à prioridade atribuída às transformações estruturais; pensava-se então que o atraso em iniciá-las poderia significar a perda de oportunidade proporcionada pelo quadro político autoritário e o ambiente anti-intervencionista dominante no país, na altura. Para além disso, os proponentes do modelo argumentavam que os problemas existentes tinham resultado das políticas estatais e intervencionistas aplicadas tanto no regime do Presidente Allende como nos 40 anos precedentes<sup>(5)</sup>, em que tiveram responsabilidades governos de todos os quadrantes políticos.

As principais transformações económicas tiveram lugar nos campos fiscal, financeiro e do trabalho, nas relações económicas internacionais e na propriedade pública dos meios de produção, para mais tarde terem sido introduzidas também reformas profundas na segurança social. Em todas estas áreas a actividade económica do sector público foi reduzida persistentemente durante todo o período em estudo (VERGARA, 1981).

A política fiscal orientou-se no sentido de uma reforma fiscal e da reestruturação e redução substancial da despesa pública. A reforma fiscal incluiu a eliminação de impostos sobre a riqueza e sobre mais-valias e a redução dos que incidiam sobre os lucros. Por outro lado, a adopção de um imposto sobre o valor acrescentado foi reforçada e completada e as isenções existentes relativamente aos bens de consumo básico foram em geral suprimidas. A finalidade das alterações introduzidas era reduzir a carga fiscal, concentrando-a sobre impostos «neutros», na opinião da equipa económica.

---

<sup>(3)</sup> Apesar do reforço de intensidade da propriedade privada, a propriedade pública é ainda mais dominante no Chile do que em vários países da América Latina. A regra é, no entanto, a passividade imposta sobre as empresas públicas. O caso das empresas de cobre possuídas pelo Estado, descrito adiante neste trabalho, é apenas um exemplo disso.

<sup>(4)</sup> Os aspectos mais extremos do modelo não se tornaram inteiramente aparentes de início. A equipa económica foi tomando forma e consolidando a sua hegemonia entre 1973 e 1975, ao mesmo tempo que impunha a sua ortodoxia. O extremismo mais gritante da política económica ocorre entre 1975 e 1981, com intensificação progressiva dos seus traços mais característicos. Só em 1981, com a vinda à superfície dos problemas subjacentes provocados pela aplicação do modelo, começaram a acontecer desvios do monetarismo ortodoxo. O marco de referência foi a intervenção do governo em oito bancos e sociedades financeiras.

<sup>(5)</sup> Ver referências a declarações oficiais em DIPRES (1978) e em MOULIÁN e VERGARA (1979, pp. 23 e segs.).

O discurso oficial apregoava que toda a diferenciação «destorcia» a atribuição de recursos.

A despesa pública, em percentagem do PIB, foi reduzida em mais de um quarto relativamente aos níveis que alcançara no fim dos anos «sessenta», depois de ter atingido valores extremamente elevados em 1972-1973, tal como os défices orçamentais<sup>(6)</sup>. Registou-se uma queda dramática no investimento público, que, em termos de percentagem relativamente ao PIB, foi reduzido em mais de metade entre 1970 e 1979. Também a despesa pública diminuiu nos sectores produtivos, em actividades de apoio ao sector privado, em subsídios às empresas públicas e em infra-estruturas. As despesas «sociais» — especialmente na educação, saúde, segurança social e habitação — aumentaram em proporção na despesa pública, o que foi repetidamente apontado como indicador do carácter «social» do modelo. No entanto, a despesa *per capita*, em termos reais, decresceu: em 1979 era inferior em 17 % aos valores de 1970, e 10 % menos do que a capitação de 1974, tendo também decrescido em proporção do PIB<sup>(7)</sup>. Como se verá mais tarde, a queda na despesa social pública por habitante aconteceu no contexto de um crescimento acentuado do desemprego e da deterioração do rendimento real das classes média e mais baixas. O quadro sócio-económico pedia, de facto, um acréscimo compensatório da despesa, que não veio a ter lugar.

No campo financeiro foi introduzida em 1975 uma reforma de grande alcance. A maior parte dos bancos que tinham sido nacionalizados sob o regime anterior foram devolvidos ao sector privado. O principal banco comercial — o Banco del Estado, constituído em 1953 — permaneceu no sector público, mas a sua quota do mercado, em termos de crédito, desceu em cerca de 50 % no começo da década para 14 % em 1981. As taxas de juro foram deixadas completamente livres, os condicionamentos relativos a redesconto e distribuição do crédito foram abolidos, novas instituições financeiras foram autorizadas, com muito poucas restrições, e foram criadas facilidades à implantação de bancos estrangeiros. Finalmente, passou a verificar-se um levantamento gradual das restrições ao movimento de capitais<sup>(8)</sup>.

---

<sup>(6)</sup> Levantam-se problemas sérios à comparabilidade dos números respeitantes à despesa pública. Em MARSHALL (1981) podem ver-se dados homogéneos para o período 1969-1979, e desse trabalho se retiraram todos quantos se utilizaram neste artigo. Pode, de resto, ver-se aí como a despesa pública, excluídos o serviço da dívida e o investimento em empresas públicas, atingia em 1979 os 27 % do PIB.

Um estudo exaustivo do impacte distributivo das receitas públicas e da despesa nos finais dos anos 60 pode ser visto em FOXLEY, ANIMAT e ARELLANO (1980).

<sup>(7)</sup> Ver MARSHALL (1981), quadros n.ºs 1, 13 e 14. Uma análise comparativa das diferentes definições de «despesa social» aparece nas pp. 75-81.

Os números oficiais sobreavaliam o nível da despesa para o final do período, em comparação com 1970 ou 1974, devido a enviesamento nos conceitos e à utilização de um deflacionador erróneo.

<sup>(8)</sup> As normas que foram entrando em vigor sucessivamente podem ser analisadas em HERRERA e MORALES (1979), ZAHLER (1980) e FFRENCH-DAVIS e ARELLANO (1981).

No que respeita ao comércio internacional, foram removidas praticamente todas as restrições, excepto as relativas a tarifas; e mesmo estas foram reduzidas rapidamente dos níveis elevados que tinham em 1973 (94 %, em termos de média aritmética simples) para uma tarifa uniforme de 10 % para todos os bens, que tem vindo a manter-se desde 1979<sup>(9)</sup>. Assim, após décadas de restrições às importações, extremamente elevadas, o Chile foi transformado rapidamente num país com protecção aos bens manufacturados menos efectiva do que aquela em vigor nos da CEE, nos Estados Unidos e no Japão. A Coreia e o Brasil, considerados normalmente economias abertas, aparecem como ultraproteccionistas em comparação com a liberalização indiscriminada que foi adoptada no Chile. Do mesmo modo, a liberalização das razões de troca resultou na supressão dos mecanismos concebidos para atenuar a transmissão da instabilidade externa à economia nacional. No caso das exportações, o principal instrumento utilizado foi a taxa de câmbio<sup>(10)</sup>.

Em consonância com o objectivo de abertura indiscriminada do mercado ao sector externo, o Chile retirou-se em 1976 do Pacto Andino (Ffrench-Davis, 1976). O acordo com outros cinco países sul-americanos, então em vigor, tinha em vista uma margem preferencial para a produção andina face ao resto do mundo e tratamento comum ao investimento estrangeiro em todos os países membros (a chamada «Decisão 24»).

No tocante à entrega ao sector privado dos meios de produção, o processo foi igualmente «intenso». Não se limitou à transferência de actividades de que o sector público se tinha encarregado, ou tinha expropriado, durante o regime do Presidente Allende; estendeu-se também a empresas que sucessivos governos haviam criado no Chile desde o tempo do estabelecimento do Instituto de Desenvolvimento (CORFO), em 1939<sup>(11)</sup>. Em 1970, a CORFO controlava a propriedade de 46 empresas, número que andava à volta das 300 em 1973<sup>(12)</sup>. Em 1980 havia apenas 24 empresas nas mãos desta instituição, metade das quais estava em processo de venda. Há também algumas dezenas de empresas públicas dependentes de outros departamentos do Estado. Entre estas encontra-se a Corporação do Cobre (CODELCO) e a Empresa Nacional de Petróleo (ENAP).

A venda de empresas era largamente levada a efeito em períodos de recessão e de taxas de juro muito altas no mercado interno, donde o facto de muito poucos grupos poderem considerar a sua compra. Esta foi uma das

---

<sup>(9)</sup> A política de importações e os anúncios sucessivos de liberalização das tarifas e seus efeitos são examinados em FFRENCH-DAVIS (1980) e VERGARA (1980).

<sup>(10)</sup> Ver FFRENCH-DAVIS [1979 a)] para o que respeita à expansão das exportações, suas origens e seus efeitos.

<sup>(11)</sup> Uma análise das circunstâncias que rodearam a criação da CORFO, suas funções e evolução, é feita em MUÑOZ e ARRIAGADA (1977).

<sup>(12)</sup> Sem considerar as empresas em que o governo intervinha, que em 1973 eram cerca de 220. Ver VERGARA (1981). BITAR (1979, capítulo x) examina o programa de constituição da área de propriedade social, os desvios em que incorreu e os problemas que daí resultaram.

razões para a elevada concentração da propriedade durante esses anos<sup>(13)</sup>. Neste processo havia pouca participação directa das empresas transnacionais, em contraste com as expectativas oficiais de um influxo vigoroso de investimento directo. Contudo, um aumento maciço em créditos externos dos bancos comerciais internacionais deu origem a uma proporção substancial dos meios financeiros necessários a grupos económicos nacionais para entrarem na posse das empresas oferecidas.

No sector agrícola, a transferência da propriedade tem tido significado dramático. A reforma agrária que aconteceu durante os governos do Presidente Frei e Allende teve uma paragem abrupta. A seguir a 1973 cerca de 30 % do solo expropriado foi devolvido aos seus anteriores proprietários e 20 % foi vendido publicamente a não rurais. Apenas 30 % da área foi atribuída a camponeses. Dado que uma das principais funções do Estado — concretamente o assegurar apoio financeiro e técnico aos camponeses e cooperativas — foi vítima da reestruturação da despesa pública, avalia-se que já em 1979 cerca de metade dos camponeses a quem tinha sido atribuída terra teriam sido forçados a vendê-la ou a abandoná-la<sup>(14)</sup>. Paralelamente, tem havido uma expulsão maciça de camponeses das explorações nas quais viviam durante a reforma agrária e anteriormente a ela.

O desarmamento do Estado no que respeita à participação na vida económica estendeu-se também a outras áreas. Em termos muito concisos e de modo algum exaustivos, pode referir-se a rede de infra-estruturas agrícolas (tais como o equipamento de armazenagem e conservação pelo frio, centros de fornecimento de sementes, matérias-primas e outros factores, capacidade aquisitiva e assistência técnica a pequenos e médios agricultores) e a rede de infra-estrutura mineira (equipamentos para processamento de minérios).

Em 1980 foi dado um outro passo no processo da «privatização», desta vez em relação ao sistema de segurança social. O esquema das pensões de reforma, financiado até então por um sistema distributivo, foi substituído por um outro baseado na capitalização individual em sociedades de financiamento da segurança social privadas<sup>(15)</sup>. As pensões existentes e as dos trabalhadores a aposentarem-se nos cinco anos imediatos são ainda da responsabilidade do sector público. Os restantes trabalhadores podem escolher

---

(13) Para além disso, tem-se a noção de que a transferência era feita a preços mais baixos do que os valores normais do mercado. Ver DAHSE (1979) e FOXLEY (1982).

(14) Um factor financeiro que contribui para forçar a venda ou o abandono pelos camponeses da terra que lhes coubera foi o elevado custo do crédito no mercado de capitais interno e a falta de relações anteriores entre os camponeses e os bancos comerciais. Parece ter-se admitido que eles poderiam «concorrer» em condições de igualdade com os outros utilizadores. Com referência para a situação agrícola e dos camponeses, ver CRISPI (1980), FRANCO MESA (1980) e ICECOOP (1981).

(15) As características do sistema distributivo, os novos mecanismos e uma análise comparativa com outras opções são discutidos em ARELLANO (1980, 1981).

entre permanecer no velho sistema ou transferirem-se para uma sociedade de financiamento da segurança social.

Só com o objectivo da transferência, o governo decretou um aumento de salários de 11%. A escolha entre as sociedades de financiamento seria feita pelos trabalhadores a partir de uma avaliação da margem de lucro esperada em cada uma durante o período de tempo que antecederia a reforma: por exemplo, 40 anos para uma pessoa de 25. Os recebimentos a que o trabalhador fica com direito são determinados com base nas contribuições várias que tem de pagar, mas em termos que podem ser modificados livremente por cada sociedade, e nos lucros ou juros obtidos dos investimentos financiados pelos meios financeiros criados a partir das contribuições. Uma proporção apreciável desses investimentos teve lugar em depósitos a prazo, não a 30 anos mas a 30 dias, com taxas de juro obviamente flutuantes.

Existe numa actividade de suprema importância que tem resistido à «privatização»: a indústria mineira do cobre, de grande dimensão. A empresa pública do cobre (CODELCO) tem estado submetida a ataques poderosos por parte das equipas económicas, mas sempre conseguiu escapar à passagem para o sector privado. Mesmo assim, sofreu restrições orçamentais impostas pelo Ministério das Finanças apesar dos lucros substanciais com que contribui para o Tesouro. Em matéria de investimentos não tem podido ir além da realização dos que lhe permitem manter o nível de produção alcançado em 1977. No seio das contradições produzidas pelo dogma da «privatização», o governo encorajou, embora sem sucesso, o desenvolvimento de outros depósitos de cobre a serem explorados por empresas estrangeiras. Paradoxalmente, estes depósitos, embora ricos num contexto mundial, são contudo menos do que os explorados pela CODELCO, que sofreu restrições sistemáticas à sua expansão<sup>(16)</sup>. O dogma do sector privado revelou-se mais forte do que a procura da eficiência económica<sup>(17)</sup>.

Paralelamente com as mudanças na área especificamente económica tem havido também modificações estruturais na organização social. De acordo com o discurso económico oficial, elas fariam parte do projecto de criação de uma sociedade competitiva de «homens livres». Isso envolve alterações no sistema universitário, na organização e dependência das escolas elementares, nos serviços de saúde, ensino profissional e associações

---

<sup>(16)</sup> Ver VIGNOLO (1982). O principal investimento estrangeiro, feito pela Exxon, através da compra de um depósito em exploração, é analisado em TIRONI e BARRIA (1978).

<sup>(17)</sup> Um outro exemplo da força do dogma do retorno ao sector privado está no facto de, no meio da recessão interna profunda que aconteceu em 1982, o governo ter decidido continuar a transferência de várias das empresas públicas restantes. Entre elas foi incluída a Companhia dos Telefones e a produtora de peletes de ferro, um dos poucos investidores de relevo no período de nove anos.



estudantis e sindicais<sup>(18)</sup>. O último exemplo foi sem dúvida instrumental, para impor uma política de remunerações do trabalho o que fez que os salários reais em 1981 descessem para níveis mais baixos, em média, do que os de 1970, tendo em 1982 descido ainda mais 10 %.

### **3 — Monetarismo em três áreas estratégicas**

Um dos aspectos característicos do monetarismo é o seu globalismo, o seu menosprezo por problemas de natureza sectorial, pela heterogeneidade das estruturas produtivas e do acesso ao poder dos diferentes sectores, pela importância dos segmentos do mercado e pela dificuldade na transmissão de informações aos agentes económicos por forma que eles possam contribuir para a realização dos objectivos da política pública. Com efeito, o monetarismo subavalia a presença frequente de processos de ajustamento desestabilizadores e de defasamentos e excessos. Estes elementos representam obstáculos inevitáveis que impedem que políticas económicas globais «neutras» e indirectas sejam em si mesmas efectivas nos países em desenvolvimento ou nos que passam por processos de mudança.

Nesta secção vamos considerar três expressões de políticas globalistas «neutras» às quais o governo atribuiu um papel destacado. Em primeiro lugar consideraremos a política anti-inflacionista e o monetarismo extremo em economia fechada que foi aplicado até 1976, para depois se passar ao monetarismo extremo em economia aberta imposto entre 1979 e 1982. Em seguida, passaremos à reforma financeira introduzida em 1975 e, finalmente, apresentar-se-á um estudo conciso da abertura ao sector externo nas esferas comercial e financeira.

#### **a) A política anti-inflacionista<sup>(19)</sup>**

A política monetária constituiu, até 1976, o instrumento no qual se apoiou a acção anti-inflacionista. Nos doze meses que antecederam Setembro de 1973 a inflação atingira os 400 % (ano) e nos meses de Julho e Agosto desse ano andou em torno dos 16 % por mês. O défice fiscal aproximou-se dos 30 % do PIB, influenciado fortemente pelo controle dos preços dos bens e serviços vendidos pelas empresas públicas. O controle dos preços, que foi levado a áreas extensas do sector privado, envolveu a pesada contenção das pressões inflacionistas e um extenso mercado negro<sup>(20)</sup>. Poucos dias depois do golpe

---

<sup>(18)</sup> Ver BRUNNER (1981), CAMPERO e VALENZUELA (1981), MOULIÁN e VERGARA (1980) e VERGARA (1981) e vários artigos na *Revista Mensaje*, especialmente RUIZ-TAGLE [1979, a), b), 1980, 1981] e ZAÑARTU (1980).

<sup>(19)</sup> O assunto é analisado com maior profundidade em RAMOS (1975, 1978) e FOXLEY (1982).

<sup>(20)</sup> Uma análise completa da política económica adoptada no período de 1970-1973 é feita em BITAR (1979).

a maior parte dos preços controlados foi liberalizada num contexto de grande incerteza. O resultado, de resto previsível, foi uma subida dramática da inflação, que atingiu os 88 % num mês e alcançou 590 % no fim do primeiro ano de aplicação do modelo<sup>(21)</sup>. Verificou-se sem dúvida um «sobreaquecimento» dos preços no mercado que excedeu largamente as pressões inflacionistas reprimidas anteriormente. Como a situação fiscal foi sendo controlada gradualmente, a política monetária conseguiu tornar-se efectivamente restritiva no decurso de 1974. A orientação oficial era no sentido de que os novos «fixadores» dos preços — a iniciativa privada — tinham de ter em conta o comportamento da oferta de moeda para estabelecer os preços dos seus produtos. Afirmava-se que, no seu próprio interesse, eles limitariam os aumentos dos preços a fim de manter a sua quota no mercado; e fá-lo-iam prontamente, assim que observassem uma redução na taxa de expansão da oferta de moeda.

A verdade é que a informação sobre a oferta de moeda veio a tornar-se disponível com atrasos de meses e em termos contraditórios face a outros indicadores, além de que os preços, dada a elevada inflação, não raro eram ajustados uma vez por mês e até mais frequentemente. Nestas circunstâncias, o principal ponto de referência para os agentes económicos passou a ser o comportamento efectivo dos empresários avaliado através da variação no índice de preços oficial no consumidor, um indicador facilmente disponível e actualizado, divulgado nos primeiros dias de cada mês com referência ao período precedente. Em consequência, taxas de inflação superiores a 300 % persistiram até ao terceiro ano de aplicação do modelo. As restrições monetárias, em vez de influenciarem os preços, tiveram um maior impacto sobre o nível da actividade económica: durante 1975 a produção industrial reduziu-se em 28 %, o PIB desceu 13 %<sup>(22)</sup> e o desemprego «aberto» atingiu os 20 % no começo de 1976<sup>(23)</sup>. O «preço» que realmente foi ajustado, e desceu, foram os salários: por volta de 1975 tinham eles perdido cerca de 40 % do seu poder aquisitivo, dadas a modificação nas normas de reajustamento legal e a repressão drástica da actividade sindical. Entretanto,

---

(21) Todos os números relativos à inflação que aqui se apresentam respeitam ao índice de preços no consumidor considerados em CORTÁZAR e MARSHALL (1980). O índice oficial subestimou significativamente a subida efectiva dos preços, especialmente em 1973 e em 1976-1978.

(22) No decurso de 1975 verificou-se um problema de balança de pagamentos sério, associado a uma deterioração das razões de troca, que o governo decidiu enfrentar pela via também da restrição da oferta monetária e da despesa. Os efeitos da evolução das relações de troca sobre a economia interna triplicaram, em face da política seguida. O impacto directo da deterioração de tais relações, observado em 1975, aparece no número referido no texto como redução do PIB.

(23) As sérias limitações dos números oficiais relativos ao nível de emprego e uma série corrigida respeitante a 1974-1978 são apresentadas em MELLER, CORTÁZAR e MARSHALL (1979).

como se disse já, a inflação persistia a ritmos anuais superiores a 300 % durante cerca de três anos, apesar da restrição monetária e de um défice fiscal que se situava já em 1975 abaixo dos 3 % do PIB.

A fórmula monetária para controle da inflação não funcionou do modo previsto pelos defensores do modelo. Pelo contrário, acentuou os efeitos derivados da recessão internacional e deu origem a custos significativos quer em termos sociais quer em termos da actividade económica (ver FOXLEY, 1979, e RAMOS, 1978).

Só em meados de 1976 a equipa económica reconheceu — de uma maneira implícita — que o controle monetário se revelava incapaz de, por si só, conter a inflação. Não obstante, apenas passou a incorporar-se uma segunda variável na política anti-inflacionista, concretamente a taxa de câmbio. Assim se deu início a um longo processo durante o qual a taxa de câmbio foi utilizada para abrandar a inflação através da redução do custo dos bens importados e da tentativa para influenciar as expectativas inflacionistas. Em Junho de 1976 e em Março de 1977 tiveram lugar valorizações cambiais (diminuição do número de pesos por dólar dos Estados Unidos) acompanhadas de uma campanha sistemática nos meios de comunicação social<sup>(24)</sup>.

A medida teve um efeito apreciável, tendo a inflação caído rapidamente para níveis inferiores a 100 %, anualmente, depois da primeira valorização do peso, e inferiores a 50 % depois da segunda<sup>(25)</sup>. Foi uma conclusão tardia, com enormes custos sociais e económicos para o Chile, esta de que a inflação não era determinada por um excesso de procura e pela expansão monetária. A constatação tardia foi, ainda assim, incompleta, visto que apenas um instrumento regulador adicional passou a ser utilizado, como se disse: a taxa de câmbio. Isto implicou o seu condicionamento excessivo à política anti-inflacionista, sacrificando-se assim objectivos de equilíbrio do sector externo e a produção de bens tanto para exportar como para substituir importações.

A política anti-inflacionista culminou em 1979 com o congelamento da taxa de câmbio, apoiado uma vez mais com todo o peso publicitário dos meios de comunicação. A nova versão oficial era agora no sentido de que com uma taxa de câmbio fixa numa economia completamente aberta às importações, como era então o caso da economia chilena, os preços internos não poderiam subir mais rapidamente do que os preços internacionais. Nesta fase passava-se à adopção da linha monetarista da balança de pagamentos, popularizada em certos círculos financeiros académicos e ortodoxos. Assim

---

(24) Depois de propagandeadas valorizações começaram a surgir minidesvalorizações diariamente. A política cambial é analisada em pormenor em FFRENCH-DAVIS [1979, b)].

(25) Os números referidos respeitam ao índice de preços corrigido. Pela mesma altura verificava-se também uma subida na percentagem de subavaliação do índice de preços no consumidor, oficial (CORTÁZAR e MARSHALL, 1980). Tal facto contribuiu para baixar todos os preços que estavam oficialmente ou informalmente indexados ao índice de preços no consumidor [ver CORTÁZAR, 1982, b)].

se transportavam os executores do modelo da linha monetarista da economia fechada — a doutrina oficial até 1976 — para uma outra de economia aberta. No primeiro caso, partia-se do princípio de que a inflação interna resultava exclusivamente da expansão monetária. No segundo caso, admitia-se ser a inflação interna devida a variações internacionais nos preços acrescidos das variações nas taxas de câmbio. O congelamento das taxas de câmbio iria determinar a igualização dos ritmos da inflação interna e externa.

Quando foi fixada a taxa de câmbio (Junho de 1979), a inflação interna anual andava acima dos 30 %, enquanto ao nível internacional rondava os 12 %. Embora lentamente, assistiu-se à convergência das duas taxas de inflação. Durante um ano e meio a inflação interna foi marcadamente superior à internacional, tendo a moeda perdido capacidade aquisitiva. Daqui que o regime de importações livres tenha provocado uma inundação do mercado interno e um desequilíbrio insustentável na balança de pagamentos correntes durante 1981.

Para resolver o problema do défice corrente a política oficial adoptou a via dos ajustamentos automáticos, no estilo do padrão ouro em vigor antes da crise mundial de 1929: assegurava-se que a taxa de câmbio real se ajustaria ela própria, automaticamente, com a contracção da liquidez monetária associada à redução das reservas no Banco Central. Esta contracção, na perspectiva oficial, provocaria uma queda drástica nos preços e nos salários nominais<sup>(26)</sup>. No entanto, estaria aparentemente a passar despercebido um importante pormenor que consistia no facto de o desnível nas trocas que se foi acentuando entre 1979 e 1981 andar na área dos 30 %. O ajustamento necessário processava-se lentamente e apenas numa pequena proporção através do ajustamento automático dos preços, quando em alguns meses se conseguiram taxas de inflação negativas. Ao mesmo tempo, no entanto, as vendas, a produção e o emprego reduziam-se drasticamente — de forma muito mais severa do que a recessão registada em 1981-1982 pela economia mundial — e tinha lugar um estrangulamento progressivo de actividade das empresas resultante de um endividamento crescente, com taxas de juro que eram superiores ao dobro das taxas internacionais. Mas voltaremos a esta questão.

O resultado final, em meados de 1982, foi a repressão da inflação para níveis inferiores aos das nações industrializadas<sup>(27)</sup>, mas com perturbações insustentáveis nos sistemas produtivo e financeiro que levaram a

---

<sup>(26)</sup> Uma análise lúcida da emergência da crise é feita em ARELLANO e CORTÁZAR (1982).

<sup>(27)</sup> É importante salientar que a inflação externa com que se confrontava a economia chilena era negativa, devido à valorização do dólar em relação ao resto das moedas dos países industrializados: um índice ponderado dos preços externos, convertidos em dólares, desde Maio de 1981, mostra taxas anuais da inflação negativas. Entre Maio de 1981 e Junho de 1982, a inflação (nos 12 meses) alcançou a média de — 2 %.

desvalorizações maciças: entre Junho de 1982 e Fevereiro de 1983, no meio de uma crise generalizada, a taxa de câmbio foi desvalorizada em mais de 95 %.

Uma vez mais, o insucesso na adequação à situação nacional do caminho escolhido conduziu a outra longa e dispendiosa experimentação sobre a economia chilena.

#### **b) A reforma do sistema financeiro <sup>(28)</sup>**

Nos fins de 1973 os bancos comerciais estavam praticamente todos nas mãos do Estado em resultado da nacionalização da banca promovida pelo governo anterior. Durante 1975 a maior parte voltou para o sector privado. Mais cedo, em 1974, havia sido autorizada a criação de sociedades financeiras privadas que podiam receber e emprestar meios de financiamento a taxas de juro livremente fixadas. Ao contrário, os bancos permaneceram obrigados a respeitar uma taxa de juro máxima, imposta por lei, até Abril de 1975.

Esta e outras discriminações contra os bancos, enquanto estiveram sob controle do Estado, contribuíram para a prosperidade das novas sociedades financeiras durante esse período. Uma discriminação do mesmo sentido aconteceu contra o sistema cooperativo de poupança e empréstimos associados à aquisição de habitação (SINAP), que levou a que os fundos dessa organização descessem de 28 % do total do activo financeiro em 1973 para 7 % em 1977.

Para além da liberalização das taxas de juro, o governo eliminou em 1975 as normas relativas ao controle quantitativo do crédito em moeda nacional e a selectividade da regulamentação das reservas bancárias, que eram largamente dirigidas para a canalização dos fundos para a produção em vez do consumo. A seguir, foi imposta uma progressiva uniformidade às diferentes instituições financeiras no que respeita tanto às operações permitidas como às condições para o seu exercício; e é nesta tendência para a uniformidade de tratamento que aparece a regulamentação relativa a bancos estrangeiros. Em Dezembro de 1974 foram levantadas as restrições à sua actividade no país; mas actualmente já existem 19 bancos estrangeiros actuando no mercado nacional <sup>(29)</sup>.

A liberalização das taxas de juro, a eliminação das restrições sobre a maturação das operações bancárias (mínimo de 30 dias) e a supressão de

---

<sup>(28)</sup> O assunto é analisado em grande pormenor em HERRERA e MORALES (1979), FFRENCH-DAVIS e ARELLANO (1981) e LAGOS (1981).

<sup>(29)</sup> Mesmo assim, 19 instituições bancárias estrangeiras representam metade dos bancos do mercado financeiro, mas a sua quota na concessão dos empréstimos, embora rapidamente crescente, é ainda de apenas 10 %.

[Estas afirmações reportam-se à data de publicação deste artigo em *World Development* (N. T.).]

controle sobre a atribuição dos empréstimos tiveram efeitos extremamente significativos.

A equipa económica do governo esperava que a liberalização do mercado financeiro interno, acompanhada pela abertura gradual das finanças ao sector externo, levasse a um aumento da poupança nacional e da qualidade dos investimentos, como resposta à supressão dos subsídios iniciais e à remoção da discriminação entre utilizadores do crédito.

Os resultados foram completamente diferentes e vieram colocar a reforma das finanças e o manuseamento oficial do sector externo no centro da crise económica que emergiu em 1982.

Os dois aspectos mais notáveis do funcionamento do mercado interno de capitais têm sido os prazos de vencimento e as taxas de juro que prevaleceram durante os sete anos de aplicação da reforma. Para depósitos e empréstimos o vencimento mais corrente tem sido os 30 dias, com uma redução significativa à medida que alarga o prazo. A taxa média de juro real (deduzida a inflação), foi da ordem dos 40% ao ano no período de 1975-1981, mas com uma amplitude de variação que ia dos 12% aos 120% <sup>(30)</sup>. Por outras palavras, as taxas de juro reais no mercado interno, para além de se apresentarem com um nível médio muito elevado, têm variado significativamente no decurso do período. Independentemente disso, a margem de mediação financeira, isto é, a diferença entre as taxas cobradas pelos empréstimos e as pagas aos agentes da poupança, tem sido superior, anualmente, em média, a 15 pontos percentuais.

Os créditos de médio prazo disponíveis a taxas de juro próximas das taxas de juro internacionais têm sido fundamentalmente os relacionados com empréstimos externos. Eles têm estado, principalmente, ao alcance de empresas ligadas a bancos comerciais e grupos económicos que se propagaram de forma marcada no período em discussão (ver DAHSE, 1979; HERRERA e MORALES, 1979). A acentuada segmentação do mercado originada nesse processo só recentemente, depois da emergência da crise, foi em parte reconhecida. Apenas em meados de 1982 começou a ser do conhecimento público, por exemplo, que o principal banco do maior dos grupos económicos tinha 44% dos seus empréstimos (dos financiados com fundos internos e externos) em empresas abertamente relacionadas com os seus directores ou proprietários.

Durante os sete anos da reforma financeira os advogados do modelo previram, repetidamente, reduções nas taxas de juro reais. As quedas que se verificaram com frequência foram sempre de curta duração. Só durante 1980 se registou uma baixa significativa no custo real dos meios financeiros, que se prolongou por nove meses. Por um lado, ela esteve associada ao congelamento da taxa de câmbio durante todo o ano e a uma taxa de inflação

---

<sup>(30)</sup> Todos os números relativos a taxas de juro e períodos de pagamento são retirados de FFRENCH-DAVIS e ARELLANO (1981) e cobrem um período que começa em meados de 1975, depois da liberalização das taxas de juro bancárias.

interna acima dos 30% ao ano — donde o custo real dos empréstimos externos ser negativo (— 8%) para os devedores nacionais. Por outro lado, o financiamento externo cresceu rapidamente, aumentando para mais de 7% do PIB nesse ano. O volume do crédito externo veio assim representar dois terços do financiamento bancário de origem interna e 40% do total. O seu elevado volume e custo real negativo, apesar da segmentação persistente dos mercados interno e externo, fez baixar o custo do crédito de origem interna para taxas em redor dos 12% — o que é 20 pontos mais elevado em relação às taxas aplicadas a grandes empresas e bancos com acesso a fundos derivados de bancos comerciais internacionais.

A política oficial ao longo dos sete anos admitia que o mercado, uma vez livre da intervenção governamental, promoveria a igualização das taxas de juro internas e externas num mercado financeiro integrado cujo funcionamento estimularia o investimento e a sua eficiência. Os resultados, contudo, eram muito diferentes:

- a) Mantinham-se desníveis persistentes de mais de 25 pontos, anualmente, entre as taxas internas e externas;
- b) No mercado interno a diferença entre taxas activas (empréstimos) e passivas (depósitos) andava ao redor dos 15 pontos;
- c) As taxas nominais e reais eram muito instáveis, tal como as diferenças mencionadas;
- d) Verificava-se a expansão no crédito ao consumo, para bens de consumo importados, especialmente;
- e) O custo elevado do crédito, a sua instabilidade e os prazos curtos de vencimento (30 dias, em regra) desencorajavam o investimento produtivo: quais eram os investimentos não especulativos que podiam pagar taxas de juro reais, médias, anuais, de 40%?

Com efeito, a taxa de formação de capital (investimento interno bruto em proporção do PIB) era mais baixa durante a aplicação do modelo ortodoxo do que os valores históricos normais e o comportamento da poupança era ainda mais deficiente. Voltaremos a esta questão na secção 4, c).

#### **c) Abertura indiscriminada ao sector externo <sup>(31)</sup>**

Verificou-se, no período em discussão, uma liberalização das importações que suprimiu toda a selectividade na política comercial, tendo sido fixada uma tarifa uniforme de 10% para praticamente toda a gama de importações. A

---

<sup>(31)</sup> A questão é analisada com maior pormenor em FFRENCH-DAVIS [1979, a), b), 1980] no que respeita a exportações, política de taxa de câmbio e liberalização das importações; HERRERA e MORALES (1979), ZAHLER (1980) e FFRENCH-DAVIS e ARELLANO (1981) em relação aos movimentos de capital e dívida externa; e PINTO [1981, b)].

abertura ao comércio foi acompanhada por uma abertura igualmente sem restrições ao investimento estrangeiro e pela redução das restrições à compra e venda de moeda estrangeira e aos movimentos do capital financeiro.

As principais rubricas do sector externo evoluíram como pode ver-se no quadro n.º 1.

Praticamente todas as operações de comércio internacional aumentaram durante o período em causa, especialmente as exportações e importações não tradicionais. A expansão das importações foi a mais acentuada, do que resultou um maior défice comercial a partir de 1978. Fenómeno semelhante veio a registar-se em relação à balança de transacções correntes (equivalente à variação no endividamento líquido do País), em consequência do efeito combinado do défice comercial e do aumento no pagamento dos juros resultantes da dívida externa privada, crescente. Ao contrário, a balança de pagamentos (equivalente, em termos simplificados, à variação líquida das reservas) exibiu excedentes apreciáveis em resposta a um aumento notável nos empréstimos externos, entre 1977 e 1981; e só em meados deste último ano as reservas começaram a cair persistentemente.

A característica principal da política de comércio externo tem sido a rápida redução da protecção (até então excessiva) concedida à substituição de importações em Setembro de 1973. O objectivo do processo de liberalização sofreu mudanças significativas no seu percurso. No começo de 1974 foi anunciada uma reforma das tarifas aduaneiras a ter lugar gradualmente no espaço de três anos. Mais tarde (em Maio desse ano) foi afirmado que em 1977 as tarifas se situariam todas abaixo dos 60%. Em 1975 anunciava-se que o intervalo de variação das tarifas seria de 10% a 35%, o que se conseguiria através de ajustamentos sucessivos na primeira metade de 1978.

Apesar de tudo, as reduções finais aconteceram mais cedo, culminando o processo em Agosto de 1977; três meses depois era anunciado um programa de ajustamentos mensais em consequência do qual passou a haver, desde Junho de 1979, uma tarifa uniforme, de 10% para quase todas as importações.

Foi afirmado repetidamente que a taxa de câmbio real aumentaria à medida que se reduzisse a protecção aduaneira efectiva. No entanto, pouco tempo depois a taxa de câmbio começava a ser utilizada para reduzir expectativas inflacionistas e para compensar os efeitos monetários das entradas maciças de capital financeiro, como aconteceu noutros países da América Latina. Daí resultou que em fases avançadas da liberalização tarifária se viriam a verificar valorizações intensivas das taxas de câmbio, com os consequentes efeitos sobre as importações e sobre o défice crescente na balança de transacções correntes. Por isso, na prática, especialmente na presença de movimentos volumosos de capitais, aconteceram desvios significativos em relação à compensação esperada entre reduções tarifárias e taxa de câmbio.



## QUADRO N.º 1

**Balança de pagamentos, reservas internacionais e custo das importações**

	1974	1976	1978	1980	1981	1982
A) Balança de pagamentos (milhões de dólares, preços 1977):						
I) Balança de transacções correntes .....	— 255,8	158,5	— 964,5	— 1 382,3	— 3 347,7	— 1 696,1
1 — Balança comercial .....	432,7	692,9	— 377,7	— 535,8	— 1 806,7	155,2
(a) Exportação FOB .....	(2 607,3)	(2 280,2)	(2 180,9)	(3 299,7)	(2 753,8)	(2 704,4)
(b) Importação FOB .....	(— 2 174,5)	(— 1 587,3)	(— 2 558,5)	(— 3 835,5)	(— 4 560,5)	(— 2 549,2)
2 — Serviços não financeiros .....	— 477,6	— 212,3	— 215,4	— 273,5	— 617,5	— 462,8
3 — Serviços financeiros .....	— 224,2	— 351,3	— 433,5	— 652,2	— 993,0	— 1 549,7
II) Capital autónomo líquido .....	264,2	214,4	1 725,2	2 219,7	3 316,4	928,5
1 — Inventário estrangeiro directo .....	— 20,6	— 1,1	156,9	119,2	261,5	259,9
2 — Crédito autónomo .....	284,8	215,5	1 568,3	2 100,5	3 054,9	668,6
III) Balança de pagamentos .....	— 66,7	446,1	631,2	872,4	48,7	— 829,5
IV) Reservas internacionais brutas .....	408,8	667,5	1 245,2	2 943,1	2 659,0	1 839,8
B) Custo das importações:						
V) Taxa de câmbio real (pesos/dólar 1977) .....	23,40	25,89	23,81	20,09	16,93	19,63
VI) Tarifa média (percentagem sobre preços CIF) .....	75,5	35,7	13,7	10,0	10,0	10,1

Fontes. — A partir de dados publicados em *Balança de Pagos e Boletim Mensual*, n.º 663 (Maio de 1983). Os dólares foram deflacionados como se explica em FFRENCH-DAVIS (1981).

As importações, avaliadas a preços constantes, aumentaram consideravelmente em relação à actividade económica interna. A influência da política de liberalização é observável principalmente sobre os bens de consumo, particularmente os produtos não alimentares, onde se concentrou a maior parte das «novas» importações (\*).

O valor real das 13 mais importantes rubricas das importações não tradicionais, que em 1981 cobriam 70 % dos bens de consumo (incluindo, entre outros, aparelhos de televisão a cores, carros, têxteis e vestuário, perfumes, bebidas alcoólicas, doces e chocolates, brinquedos e rádios) aumentou doze vezes em relação a 1970, e o seu valor cresceu 50 % mais do que o aumento das importações de combustíveis e lubrificantes.

As exportações não tradicionais mostram um crescimento acentuado e maior diversificação, em termos de produtos e de destinos. A sua quota no PIB aumentou cerca de 4 pontos entre 1970 e 1980, o que levou as exportações a representarem 20 % do PIB desse ano. Mesmo assim, houve uma quebra na evolução expansiva para o fim do período; e, adicionalmente, registou-se retracção na tendência evidenciada pelo processo de diversificação: com efeito, continuou a verificar-se expansão principalmente nas rubricas que respeitam a recursos naturais [FFRENCH-DAVIS, 1979, a)].

Tal como a substituição de importações, também as exportações conheceram uma fase «privilegiada» nas economias semi-industrializadas. A expansão, em anos recentes, das exportações não tradicionais, que corresponde, no Chile, a essa fase, apoiou-se, de facto, nos recursos naturais ricos e em subutilização da capacidade instalada. A subutilização, característica da sobreprotecção da «substituição de importações», foi intensificada pela grande redução na procura interna em 1975-1976 e pela sua recuperação lenta. Esta situação permitiu a expansão das exportações sem grandes investimentos, tendo para ela contribuído três factores adicionais: primeiramente, uma política de minidesvalorizações da taxa de câmbio que, apesar dos movimentos contraditórios ocorridos depois de 1976 e em combinação com uma queda brusca nos custos do trabalho, veio favorecer inicialmente as exportações não tradicionais; em segundo lugar, a presença do Chile no Pacto Andino até 1976 proporcionou um mercado alargado para mais de um terço do aumento nas exportações novas; finalmente, em conjugação com os factores anteriores, a posição privilegiada atribuída à promoção das exportações no discurso oficial deu um impulso significativo à mentalidade exportadora incipiente dos sectores empresariais do país<sup>(32)</sup>.

---

(\*) No original, a p. 913, pode ver-se um quadro que pormenoriza as principais exportações (nota do CE).

<sup>(32)</sup> A política oficial era dirigida à promoção activa através de uma instituição pública (PRO-CHILE). Uma tal política constitui um desvio em relação à ortodoxia, uma vez que se pretendia promover as exportações na base da liberalização das importações e no suposto aumento de compensação da taxa de câmbio, exclusivamente. Mas como as preocupações de ortodoxia foram progressivamente controlando a acção governamental, a PRO-CHILE foi perdendo importância rapidamente.

A diferença entre importações e exportações alargou-se de modo persistente desde 1977. As importações passaram a aumentar mais rapidamente do que as exportações não tradicionais, enquanto as exportações tradicionais se mantiveram, em volume, quase estacionárias. Além disso, as razões de troca, depois de se terem comportado de modo favorável durante o primeiro ano de funcionamento do modelo, passaram por uma deterioração acentuada, que persistiu com altos e baixos até ao presente. A deterioração ficou a dever-se particularmente à queda nos preços do cobre, um produto tradicional que representa cerca de metade das exportações do país<sup>(33)</sup>.

São vários os factores que contribuem para o desfazimento crescente entre importações e exportações e para o comportamento deficiente da produção de bens comercializáveis.

A política económica em vigor defende que os recursos deveriam ser atribuídos de acordo com as «vantagens comparativas» e que o mercado, liberto de toda a interferência do Estado, alcança esse objectivo. Esta premissa teórica, que se situa num dos extremos dos modelos de política económica hoje disponíveis, implica uma concepção idealista e simplista de «vantagens comparativas». De facto, as «vantagens comparativas» do mercado dependem do nível e da estabilidade das taxas de câmbio, do grau da actividade económica nacional e internacional, das flutuações dos preços nos mercados externos e de muitos outros factores. Por seu turno, o mercado e as «vantagens comparativas» sociais diferem entre si devido aos desequilíbrios e distorções característicos das economias em desenvolvimento; eles podem ser muito expressivos em países que se debatam com mudanças violentas na política económica e com um sector público que abandona de maneira abrupta o seu papel orientador e protector na área da produção. A parte mais penosa da liberalização tarifária foi realizada de modo extremamente rápido, e o seu impacte negativo foi reforçado pela valorização da taxa de câmbio. A agravar a situação, esta política foi aplicada no contexto de uma acentuada depressão da procura interna e numa situação de desemprego notoriamente elevado. Em consequência, o quadro macroeconómico não era propício à identificação de «vantagens comparativas» e oportunidades de investimento correspondentes. Em consequência, registaram-se níveis de investimento e de utilização de capacidade instalada e de trabalho marcadamente baixos.

A recessão interna dos meados da década de 70 contribuiu para obscurecer os efeitos da liberalização, mas também lhe retirou eficiência. No que respeita ao primeiro aspecto, quando a recessão atingiu o seu máximo em 1976 era inevitável que a recuperação económica teria de acontecer, mais tarde ou mais cedo; e dada a profundidade da recessão, as taxas de

---

<sup>(33)</sup> A informação de base sobre o défice comercial e o défice da conta corrente é caracterizada pela presença de várias componentes «transitórias» do comércio internacional. Uma delas respeita aos termos de troca. Ver FFRENCH-DAVIS (1980).

recuperação da procura e da produção teriam de ser elevadas, como de facto aconteceu entre 1977 e 1979. Como teve lugar, simultaneamente, a liberalização tarifária, uma análise superficial poderia conduzir à opinião de que a liberalização estimulava o crescimento da produção. Ora, tal como ficou demonstrado em FFRENCH-DAVIS (1980), o que aconteceu foi exactamente o oposto, e foi largamente devido à imposição do comércio livre que a recuperação da produção permaneceu sempre mais baixa do que a da procura agregada, ficando esta cada vez mais dependente de componentes importadas. A própria recessão teve um efeito desfavorável sobre a eficácia da liberalização: o facto de o nível da procura global ser reduzido nos primeiros anos levou à subida nos custos médios da produção dos produtores nacionais, tornando-lhes mais difícil a concorrência com o exterior; ao mesmo tempo, o quase generalizado excesso da capacidade instalada desencorajou o investimento interno.

O baixo nível do investimento estava no entanto também associado a taxas de juro internas várias vezes mais elevadas do que as «normais». Taxas reais da ordem dos 40% entre 1976 e 1978 desencorajaram o investimento e distorceram os preços relativos e as «vantagens comparativas» observadas no mercado. O investimento, ao situar-se abaixo do seu nível histórico, era claramente insuficiente para produzir um ajustamento simétrico entre os sectores que teriam de se contrair e aqueles que hipoteticamente necessitavam de se expandir em resposta à remoção da protecção aduaneira. Obviamente, o ajustamento requerido na estrutura da produção nacional teria sido mais fácil com uma taxa de investimento mais elevada.

Finalmente, o desemprego aberto aumentou o desfasamento entre o mercado e as «vantagens comparativas» sociais. Com efeito, desemprego aberto elevado e nível de investimento anormalmente baixo tornaram escassas as possibilidades de se alcançar uma efectiva re-atribuição dos recursos, o que fez com que, frequentemente, recursos deixados livres permanecessem sem utilização. Daqui que os custos de oportunidade dos recursos libertos pelos sectores afectados desfavoravelmente pela abertura do comércio externo tenham tendido a ser claramente inferiores aos seus custos de mercado, de modo que a correspondente «dessubstituição» de importações veio a não ser eficiente em muitos casos: as importações tomaram o lugar da produção interna, que, em condições normais (de taxas de juro e de taxas de câmbio, por exemplo), teriam sido capazes de competir com sucesso.

Desemprego, investimento insuficiente e depressão na procura determinaram um quadro muito diferente do quadro teórico sobre o qual se baseavam os argumentos em favor do comércio livre. Não é no entanto descabido dizer que, mesmo em condições de pleno emprego, a presença de efeitos indirectos e dinâmicos e a natureza da informação disponível no mercado de um país em desenvolvimento como o Chile proporcionam apoio teórico e prático a políticas de protecção selectiva à indústria nacional e reguladoras activas do mercado (FFRENCH-DAVIS, 1979 e 1982); elas permitirão aumentar tanto a eficácia social como o volume dos investimentos.

Nem a protecção excessiva nem a liberalização extrema serão soluções apropriadas.

Para além de tudo isto, o escasso investimento interno tem vindo a concentrar-se particularmente em actividades de utilização intensiva de recursos naturais, tais como frutos e produtos florestais, e menos em actividades geradoras de valor acrescentado significativo sobre as componentes naturais e criadoras de «vantagens comparativas». De facto, a informação disponível permite sustentar a hipótese de que tem sido mais fácil identificar «vantagens comparativas» sobre produtos assentes em recursos naturais. As numerosas alterações registadas na economia chilena, a contracção na procura interna, as elevadas taxas de juro, a instabilidade da taxa de câmbio e a passividade extrema do sector público têm tornado difícil identificar as «vantagens comparativas» possíveis, aquelas que de facto possuem uma componente determinante não apenas sobre os custos sociais da produção, mas também sobre os do mercado. Este tem sido um dos factores que explica a baixa taxa de investimento interno.

Não há dúvida de que o fenómeno foi agravado pelo congelamento da taxa de câmbio em 1979 e a sua larga valorização real nos anos imediatos. Mesmo as exportações baseadas em recursos naturais mais valiosos, tais como frutos, foram afectadas pela deterioração na taxa de câmbio. A adopção da óptica monetária da balança de pagamentos e a crença num ajustamento automático foram prejudiciais, mesmo para um dos poucos sucessos de que a política económica poderia gabar-se nos seus nove anos de aplicação.

Com efeito, a mensagem retributiva proporcionada pela liberalização do comércio foi mais clara para os sectores que deveriam ter-se contraído do que para os que estavam em posição de expandir; o que reflecte o afastamento da realidade dos países em desenvolvimento evidenciado pela teoria «clássica» das vantagens comparativas (FRENCH-DAVIS, 1982). O modelo económico adoptou-a na sua forma mais simples.

O crescimento mais rápido das importações do que das exportações tem sido um factor decisivo na deterioração das contas correntes. O défice tem sido coberto pelos fluxos de capital.

Nos primeiros anos o governo esperou um vigoroso fluxo de entrada de investimentos externos indirectos como resposta ao sistema económico e político oferecido e a normas marcadamente favoráveis estabelecidas no novo código do investimento estrangeiro (Decreto n.º 600). Esperava-se que o investimento externo explorasse as «vantagens comparativas» previamente reprimidas que o modelo libertara, contribuição decisiva para um rápido desenvolvimento. Contudo, a resposta do investimento estrangeiro indirecto abalou as esperanças da equipa económica. Havia promessas significativas cujo cumprimento foi lento (v. LAHERA, 1981, e VIGNOLO, 1980). Além disso, uma proporção apreciável das entradas aparece ligada a duas linhas que não envolvem criação directa de capacidade produtiva: uma diz respeito ao capital trazido por entidades bancárias transnacionais e a outra à compra de bens patrimoniais produtivos e acções.

Em contraste, o acesso ao capital financeiro nos mercados internacionais privados tem sido a maior fonte de financiamento do défice crescente das transacções correntes.

O seu principal destino tem sido o sector privado, cuja proporção recebida tem aumentado até representar mais de 85 % dos fluxos líquidos no fim da década. Entre os países em desenvolvimento importadores de petróleo, devedores de bancos transnacionais, o Chile tinha à sua frente apenas o Brasil, o México, a Argentina e a Coreia, e qualquer desses países tem economia e população significativamente maiores que as do Chile.

É bem sabido que durante uma boa parte dos anos 70 as taxas de juro reais eram baixas e o acesso a fundos dos mercados de capital internacionais privados difícil. Estes dois factos levaram a equipa económica e muitos outros grupos de outros países a acreditar que incorrer em dívida era «bom negócio» e que se os países o fizessem através do sector privado haveria segurança no investimento eficiente dos fundos. Não haveria assim qualquer problema no pagamento da dívida.

Uma vez mais os factos traíram as expectativas dos advogados do modelo. Uma parte significativa do crédito externo foi financiar o consumo. A entrada maciça de fundos, por seu lado, promoveu e tornou viável, a curto prazo, a liberalização excessiva das importações e a valorização do câmbio. Com efeito, se o crédito externo estivesse menos acessível, o governo ver-se-ia obrigado a moderar a liberalização das tarifas e ou o desfasamento nas taxas de câmbio. Com efeito, os créditos tornados disponíveis para o Chile eram maiores e mais amplos do que os que o país poderia absorver produtivamente. Depois de um aumento moderado da dívida em 1977-1979, ela acelerou em 1980 e cresceu espectacularmente em 1981, aumentando em cerca de 35 % neste último ano. Ao contrário de outros países que canalizaram o financiamento externo para o investimento, o Chile, em vez de um processo de endividamento conducente a crescimento económico, incorreu num processo conducente ao défice nas transacções correntes com um impacto negativo na produção interna causado pela afluência das importações ao mercado interno e pelo desencorajamento das exportações. Finalmente, também as condições externas se alteraram para o fim do período: as taxas de juro reais cresceram abruptamente e o acesso a fundos tornou-se menos difícil em 1981-1982. A experiência nesta área culminou, em meados de 1982, com a desvalorização repentina da taxa de câmbio, depois de vários meses de «ajustamentos automáticos» dispendiosos e nada eficientes (ARELLANO e CORTÁZAR, 1982).

#### **4 — Produção, distribuição e investimento**

Nesta secção propomo-nos fazer um estudo conciso dos resultados obtidos em 3 áreas diferentes: primeiro, veremos o que aconteceu ao produto interno bruto e suas principais componentes; em segundo lugar, como foram

distribuídos os benefícios e os custos resultantes da aplicação do modelo; finalmente, até onde o comportamento da economia tem vindo a gerar nova capacidade produtiva e novos acréscimos de poupança.

Os dados disponíveis mostram que:

- a) O crescimento tem sido largamente fictício;
- b) Os poucos benefícios têm sido em favor de uma minoria e os elevados custos suportados pela maioria de paralelo com uma deterioração marcada na distribuição do rendimento e da riqueza;
- c) A taxa de formação bruta do capital tem sido notoriamente inferior à registada no passado.

#### **a) Produção global e sua composição**

As contas nacionais, nomeadamente a evolução do PIB e a sua composição, mostram um crescimento acentuado entre 1976 e 1981.

Apesar de haver dúvidas acerca da qualidade dos números oficiais, limitar-nos-emos à sua utilização; quando analisados mais cuidadosamente mostram que o crescimento global da produção tem sido muito baixo e que a sua composição põe em evidência a grande vulnerabilidade da economia chilena.

Em primeiro lugar, o modelo não começou a ser aplicado em 1976 mas mais cedo, em 1973, embora então de modo parcial (ver nota 4). Em segundo lugar, registou-se uma depressão marcada na economia nacional em 1975 que aumentou cerca de três vezes os efeitos depressivos do mercado internacional. O resultado foi uma queda de 13% no PIB. Por isso, medir a evolução económica a partir daquele ponto baixo significa registar um «crescimento» que de facto não é mais do que a recuperação para níveis anteriores; enquanto 1976-1980 indica uma taxa de crescimento das capitações de 6,6% ao ano, o período de 1974-1980 regista 2%<sup>(34)</sup>. É óbvio que quanto mais acentuada a recessão de 1975 maior se apresentaria a recuperação subsequente. Assim, quanto maior fosse a perda de produção em resultado da recessão, mais acentuado apareceria o crescimento, se não for tido em conta o período de recessão e se a medição começar no ponto mais baixo.

Paradoxalmente, a recessão interna era «útil», sob vários aspectos, aos executantes do modelo. Antes de mais, permitiu-lhes mostrar crescimento, com larga publicidade nos meios de comunicação nacionais e estrangeiros. Isto deu origem à impressão falaciosa de que a economia chilena crescia

---

<sup>(34)</sup> A recessão teve uma componente externa associada à queda nas razões de troca. O efeito directo daí resultante (negativo) foi já deduzido aos números dados no texto.

vigorosamente e continuaria a crescer a taxas da ordem dos 8% ao ano <sup>(35)</sup>, independentemente do que poderia acontecer no resto do mundo.

Em segundo lugar, permitiu-lhes mostrar que a situação melhorava em termos de emprego, mas depois da taxa de desemprego ter subido de 6% para 20%, e sem ter em atenção o ponto de referência da medida <sup>(36)</sup>.

Em terceiro lugar, e agora mais em termos políticos, depois de uma recessão intensa e num regime autoritário que permite a manutenção de uma política monetarista ortodoxa, toda a recuperação subsequente traz uma sensação de alívio tanto para os empresários como para os trabalhadores.

A cena revela-se menos em favor do modelo, quando se desagrega o PIB, o que é feito no quadro n.º 2. Verifica-se um crescimento no endividamento externo e nos seus custos, especialmente nos dois anos 1980-1981: cerca de um quinto do crescimento das capitações registado entre 1974 e 1981 foi utilizado para pagar juros e lucros fora do país, o que significa que a taxa de expansão do produto nacional foi inferior à do produto interno. Além disso, os dois sectores de grande «dinamismo» na sua contribuição para o PIB foram o valor acrescentado através da comercialização dos produtos importados e os serviços financeiros; por outras palavras, dois sectores inerentes à essência do modelo que exibem uma dramática taxa cumulativa de expansão de cerca de 13% por ano, como se pode ver no quadro n.º 2. O primeiro sector expandiu em resultado de um crescimento rápido das importações de bens de consumo e outros. Como se viu na Secção 3, as importações não foram financiadas principalmente por maiores exportações, mas por um aumento do crédito de bancos comerciais internacionais. Esta fonte de «dinamismo» era insustentável numa economia sem suporte produtivo real. A segunda fonte de «dinamismo» estava relacionada com a reforma financeira e respondia em larga medida à diferença entre taxas de juros para depósitos e para empréstimos e à transferência para o Chile de créditos externos. Ainda como se indicou na Secção 3, as diferenças nas taxas têm sido elevadas, aumentando os custos do financiamento. Assim, o dinamismo deste sector dependia de um factor anormal que também era prejudicial à actividade produtiva e ao investimento.

Não pode haver dúvidas de que, graças à distorção que produzem na economia nacional, os dois sectores contêm uma parcela de artificialidade não negligenciável. É assim significativo que o resto do valor acrescentado *per capita*, que em 1974 atingia 91% do PNB, tivesse permanecido virtualmente estacionário, como se pode ver na coluna 4 do quadro n.º 2 <sup>(37)</sup>. Para além desta exibição pobre, o PIB caiu 14% em 1982 sendo

---

<sup>(35)</sup> Ver, por exemplo, as citações ilustrativas incluídas em FOXLEY (1980), pp. 5-6.

<sup>(36)</sup> Adicionalmente, durante um longo período (1976-1978) os números oficiais sobrestimaram acentuadamente o volume de trabalhadores empregados. Ver MELLER *et al.* (1979).

<sup>(37)</sup> O valor acrescentado na comercialização dos bens nacionais também cresceu mais rapidamente do que a produção de bens. Excluindo o valor acrescentado dessa comercialização, a taxa acumulada da variação anual do restante PIB *per capita*, entre 1974 e 1981, é nula.



assim o Chile o país da América Latina que mostrou, de longe, o mais pobre comportamento produtivo e uma vulnerabilidade notória face à recessão do mercado mundial.

QUADRO N.º 2  
Evolução do PIB e sua composição (\*)

	Total		Per capita	
	1974-1980	1974-1981	1974-1980	1974-1981
	(1)	(2)	(3)	(4)
1) Produto interno bruto .....	3,8	4,0	2,0	2,2
2) Produto nacional bruto .....	3,4	3,6	1,7	1,8
3) Valor acrescentado:				
a) Comercialização e importação .....	15,5	16,2	13,5	14,2
b) Serviços financeiros .....	14,5	13,6	12,6	11,8
4) PNB — Excluído o valor acrescentado de 3)	1,9	1,9	0,2	0,2

(\*) Taxas anuais de crescimento.

Fonte. — Cálculos baseados em números oficiais de *Cuentas Nacionales de Chile*, 1960-1981, em pesos de 1977.

As colunas (1) e (2) admitem razões de troca constantes. Os números de 1981 são provisórios.

QUADRO N.º 3  
Produção das indústrias transformadoras (1973 = 100)

	1974	1981	1982	Média 1974-1982
1) Valor acrescentado <i>per capita</i> :				
Chile .....	95,8	93,7	72,0	83,2
2) Valor acrescentado total:				
Chile .....	97,4	107,3	83,8	90,7
Países em desenvolvimento .....	106,3	147,0	149,6	130,3
Países industrializados .....	100,1	112,8	108,5	105,6

Fontes. — Chile, *Cuentas Nacionales de Chile*, 1960-1980. Países em desenvolvimento e industrializados, *U. N., Monthly Bulletin of Statistics* (May 1983). (No original podem ver-se valores para anos intermédios. — Nota do T.)

Neste contexto, a deterioração observada na produção industrial não atrai muito as atenções, mesmo sendo o seu comportamento ainda pior do que do PNB antes referido. O quadro n.º 3 mostra que a capitação da produção manufactureira caiu 2% em 1974-1981 e 23% em 1974-1982, em contraste com a expansão observada no resto do mundo em desenvolvimento e nos países industrializados. O conjunto dos países em desenvolvimento mostra

índices de produção notavelmente melhores do que os do Chile: no período 1974-1982, em média, registaram produções 30% superiores às de 1973 enquanto o Chile mostra uma queda de 9%; em cada um dos nove anos o índice do Chile estava substancialmente abaixo dos dois outros agrupamentos, como se pode ver no quadro n.º 3.

O sector transformador também sentiu no Chile a recessão de 1975 de forma mais aguda do que o resto da economia, caindo a sua produção em 28% nesse ano. A recuperação teria de ser obviamente substancial, dando uma vez mais argumentos aos advogados do modelo para defenderem que a produção manufactureira crescia na base da liberalização das importações. Como se demonstrou antes, contrária era a verdade: a liberalização excessiva teve um impacto negativo sobre a indústria e os seus efeitos transmitiram-se a sectores como a agricultura<sup>(38)</sup>.

#### **b) Concentração do rendimento e da riqueza**

A grande maioria dos indicadores mostram deterioração na distribuição do rendimento e da riqueza. Lançaremos aqui um olhar breve sobre a evolução dos salários e pensões, emprego, consumo, mortalidade infantil e riqueza.

No quadro n.º 4 pode ver-se a evolução dos salários e pensões, de comportamento regressivo: as remunerações mal alcançavam, no período 1974-1981, três quartos do nível atingido em 1970; depois de uma queda profunda em 1973 e 1974, os salários reais recuperaram um pouco em 1977, sem que tivessem atingido, mesmo em 1981, o nível alcançado onze anos antes<sup>(39)</sup>. Entre os factores decisivos na explicação da queda dos salários estão a repressão sindical, a política de rendimentos ligada ao índice oficial da inflação e o elevado nível de desemprego. As pensões recebidas pelos trabalhadores reformados e os subsídios da segurança social relativos a dependentes de assalariados (mulher e filhos sem emprego) também se deterioraram consideravelmente, como pode ver-se pelas colunas (2) e (3) do quadro n.º 4<sup>(40)</sup>.

---

<sup>(38)</sup> Vale a pena notar — e isso vem corroborar a análise que se faz no texto — que a participação no PIB de bens e serviços transaccionáveis diminuiu de 41% para 36% entre 1974 e 1981. Ver *Cuentas nacionales de Chile*, quadro n.º 48.

<sup>(39)</sup> Note-se que 1970 é tomado como ponto «normal» de referência. 1971 registou valores mais elevados e 1972 valores um pouco mais baixos do que os de 1970 (ver CORTÁZAR, 1982). O índice de ordenados e salários disponível, calculado pelo INE, não inclui firmas com menos de 20 trabalhadores ou assalariados agrícolas ou trabalhadores associados ao programa de emprego mínimo (PEM).

<sup>(40)</sup> Em 1973 promoveu-se a igualização dos subsídios familiares dos trabalhadores e empregados. A igualização fez-se «por baixo», tendo assim diminuído os subsídios, embora menos para os operários fabris: em 1981 os seus subsídios estavam cerca de um quinto abaixo do poder aquisitivo que tinham em 1970.

QUADRO N.º 4

## Indicadores da distribuição do rendimento e do desemprego

	Rendimentos (1970 = 100)				Desemprego — Porcentagem		
	Remuneração média	Pensão média	Subsídio médio familiar	PEM — Porcentagem	Aberto	PEM	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
1970 .....	100,0	100,0	100,0	—	5,7	—	5,7
1974 .....	65,0	59,3	69,5	—	9,2	—	9,2
1976 .....	64,9	56,3	61,8	80,5	14,4	5,4	19,8
1978 .....	76,0	67,0	56,0	45,5	13,6	4,3	17,9
1980 .....	89,3	82,8	54,4	37,6	12,0	5,3	17,3
1981 .....	97,4	n.d.	54,0	32,1	10,8	4,8	15,6
1982 .....	97,2	n.d.	53,1	36,9	22,0	5,0	27,0
1974-1982 .....	78,4	(a) 70,6	58,6	(b) 47,1	13,6	(b) 4,9	17,8

(a) A média para 1974-1982 foi calculada admitindo 1981 e 1982 iguais a 1980.

(b) Média referente a 1976-1982.

Fontes. — CORTÁZAR (1982) para as colunas (1) a (3). A coluna (4) indica o rendimento líquido dos trabalhadores do PEM em percentagem do salário mínimo em vigor em 1970. Todos os números em pesos correntes foram deflacionados. As colunas (5) a (7) são baseadas em estimativas de ODEPLAN, *Exposición de la Hacienda Pública*, 1982. Os números relativos a 1981 e 1982 são provisórios.

Finalmente, como paliativo para o crescimento do desemprego, o governo adoptou em 1975 um programa de emergência designado por «emprego mínimo» (PEM). Funcionou principalmente em relação aos municípios e instituições públicas (ALDUNATE, 1980), e representava em 1981 cerca de 5% do emprego, sendo a remuneração equivalente a um terço do salário mínimo em vigor em 1970.

Também o emprego revela uma deterioração acentuada. Apesar das melhorias ocorridas entre 1976 e 1981, o desemprego «aberto» duplicava em 1981 relativamente à taxa registada em 1970; e a inclusão dos ocupados no PEM levaria a taxa de desemprego a triplicar por comparação com a de 1970 (ver coluna 7 do quadro n.º 4). Com a crise surgida em 1982, o desemprego «aberto» pulou para uma média anual de 22% da força do trabalho.

O declínio nos salários reais e no emprego revela-se na distribuição do consumo, classificada a população por estratos de rendimento, a partir da informação estatística disponível para 1969 e 1978<sup>(41)</sup>. Divididas as famílias em «quintis», verifica-se que no mais pobre o consumo se reduziu em 31%

(41) Informação baseada em inquéritos aos orçamentos familiares realizados em Santiago pelo INE [ver CORTÁZAR, 1982, a)].

entre os dois anos em referência; no segundo e terceiro «quintis» as perdas são de 20 % e 12 %, respectivamente; ao contrário, no «quintil» correspondente aos rendimentos mais elevados veio a concentrar-se a contrapartida das perdas verificadas nos outros.

Há um indicador importante que revela uma melhoria apreciável no período em discussão: a taxa de mortalidade infantil. Apesar do agravamento da situação em termos de emprego e de distribuição do rendimento, a taxa de mortalidade infantil mantém a tendência positiva notada no período 1962-1973 <sup>(42)</sup>. Em períodos mais recentes tem-se observado uma evolução no sentido da baixa da taxa de natalidade, da concentração dos nascimentos em períodos mais favoráveis e da melhoria da escolaridade das mães, embora estes mesmos factores se tivessem vindo a registar antes. O factor compensador principal para o impacte negativo do agravamento da situação económica da maior parte da população, posteriormente a 1973, parece estar associado à ênfase colocada pelo serviço nacional de saúde no sector materno-infantil e nos programas de alimentação orientados para a utilização do leite materno e para a assistência às crianças subalimentadas (RACZYNSKI e OYARZO, 1981).

Em contraste com estes problemas específicos, e tal como se viu na Secção 2, a despesa social total do sector público (educação, saúde, segurança social e habitação) diminuiu entre 1970 e 1979, caindo as capitações 17 % (MARSHALL, 1981); mas como a despesa total foi reduzida em proporção ainda maior, assiste-se a um aumento relativo daquelas despesas no orçamento público.

Também na distribuição dos bens patrimoniais e da riqueza se verificou concentração elevada. Um tal fenómeno estava associado:

- a) A variações nos salários e no emprego;
- b) À «privatização» das empresas públicas;
- c) Ao impacte da recessão sobre os empresários independentes determinada pelos principais grupos económicos, em conjugação com o funcionamento peculiar do mercado de capitais.

Não há qualquer dúvida acerca de o facto de a deterioração do emprego e dos rendimentos dos trabalhadores ter influenciado a distribuição da despesa e da riqueza. Além disso, registou-se uma melhoria muito significativa nos rendimentos dos trabalhadores mais bem pagos, que aumentou a dispersão na distribuição. Mas a concentração foi também estimulada por outras componentes do modelo económico. Como se viu na Secção 3, numerosas empresas do sector público foram transferidas para o sector privado, numa fase de recessão económica em que as taxas de juro eram elevadas. Apenas uma pequena parte do sector privado tinha capacidade para

---

<sup>(42)</sup> A taxa de mortalidade infantil caiu dos 65,8‰ em 1973 para 37,9‰ em 1979. No cômeco dos anos 60 era de 110‰ e em 1969 era de 83‰.

se apossar delas, em condições de preço muito favoráveis aos compradores. Finalmente, a recessão também atingiu muitos dos negócios privados, a cujos agentes faltava o acesso privilegiado ao crédito interno ou externo. Daqui resultou que muitos desses empresários se viram forçados a vender os seus negócios — ou a sua parte neles — aos mesmos grupos económicos que adquiriram as anteriores empresas públicas. Complementarmente, o acesso a empréstimos externos implicava novas fontes de concentração: significava, para além do poder de compra que concedia, ganhos de capital correspondentes à diferença entre as taxas de juro internas e externas que no período 1975-1981 atingiu uma média anual de 25 pontos (ver secção 3)<sup>(43)</sup>.

Os dados disponíveis mostram a acentuada concentração da riqueza em dois grupos. No fim de 1978 os dois principais grupos económicos controlavam empresas que representavam à volta de 50% das registadas na bolsa de valores de Santiago e Valparaíso, percentagem significativamente mais elevada do que a de 1970 (HERRERA e MORALES, 1979, p. 148). Dados sobre as 250 maiores empresas privadas, nacionais e estrangeiras, do Chile, indicam que os dois grupos anteriormente citados controlam pelo menos 37% da riqueza dessas firmas em 1978 (DAHSE, 1979, pp. 146-147). O processo de concentração continuou nos anos subsequentes. Informação actualizada mostra que, entre 1978 e 1980, o capital das empresas controladas pelos dois grupos principais duplicou em termos reais (DAHSE, 1982). Dados ainda mais recentes (*Bolsa de Comércio*, Junho de 1982) sobre a distribuição das acções de 177 companhias privadas «abertas» indicavam que os dez principais accionistas de cada uma dispunham de controlo directo, em média, de 72% do capital; e nestes dados não se inclui informação sobre as relações entre os principais accionistas, que podem perfeitamente pertencer ao mesmo grupo económico.

Finalmente, há um factor mais recente que ilustra o enviesamento do modelo em favor da concentração: a reforma da previdência social, para além de causar uma perda de receita para o orçamento público, não negligenciável, transfere um volume de fundos considerável para sociedades de financiamento da previdência social. Estima-se que, em seis anos, os administradores dos fundos da previdência (AFP) puderam captar meios financeiros equivalentes ao total dos actuais depósitos bancários. De acordo com a informação acumulada até ao presente, praticamente todos os AFP têm sido organizados por grupos económicos que controlam 71% do capital e reservas do sistema financeiro privado (ARELLANO, 1981; DAHSE, 1979). As AFP formadas pelos dois principais grupos têm concentrado três quartos dos depósitos recebidos

---

<sup>(43)</sup> ZAHLER (1980, quadro n.º 14) calcula que a transferência em favor de devedores privados, dados os diferenciais de taxas de juros, seriam à volta de US \$1500 milhões entre 1976 e meados de 1979.

[CORTÁZAR, 1982, a)]. Durante o seu primeiro ano de vida, a reforma da previdência social constituiu outro factor de concentração e estímulo para os grupos económicos, à custa da grande maioria dos chilenos.

### **c) As ligações com o futuro**

Na esfera da economia, as relações com o futuro respeitam à poupança e ao investimento <sup>(44)</sup>. Os defensores do modelo pretendem que com ele se alcança um aumento substancial da poupança, do investimento e da eficiência. A «privatização» dos meios de produção, a remissão do sector público a um papel passivo e ou o seu desmantelamento e a liberalização dos mercados são os meios que permitem atingir os citados objectivos. A reforma financeira e a abertura ao comércio externo seriam as duas políticas chave da estratégia adoptada.

A análise mostrou que os resultados foram negativos no que respeita à produção; o que, no entanto, poderia ser compatível com um processo vigoroso de investimento, lento na sua maturação. Infelizmente para o futuro do Chile, o contrário aproxima-se bastante mais da verdade. Em cada um dos anos decorridos entre 1974 e 1980 a taxa de investimento bruto foi inferior à mais baixa dos anos «sessenta» <sup>(45)</sup>; e em 1981 foi inferior à de 1970. Paralelamente, a poupança nacional financiou uma mais baixa proporção desse investimento: em 1970, cerca de 90% foi coberto pela poupança nacional, que no período 1978-1981 não chegou a metade dessa proporção. O aumento acentuado da desigualdade na riqueza e no rendimento observado nesses anos, teve ele próprio expressão aparente muito mais numa diferenciação notória nos modos de vida do que nos altos níveis de poupança destinados ao investimento produtivo. Isto foi atestado pela queda na taxa de poupança nacional, em relação a 1970 e 1973.

## **5 — Lições da experiência monetarista**

Nos últimos anos, o monetarismo ortodoxo veio para a primeira linha em vários países e alcançou posição de destaque em muitos centros académicos de países industrializados e em desenvolvimento. Apesar de tudo,

---

<sup>(44)</sup> Há muitas outras ligações com o futuro que não são consideradas aqui. Elas incluem: o impacte que o modelo pode ter tido sobre a capacidade para a absorção e adaptação tecnológicas; o grau de criatividade do sistema de ensino técnico e universitário; o desenvolvimento cultural nacional; os canais de participação, que podem servir de base para as estratégias de desenvolvimento e para a formação do consenso nacional; o dinamismo e eficiência das funções do Estado como activador do desenvolvimento.

<sup>(45)</sup> Números oficiais, de acordo com as novas contas nacionais, referentes à formação bruta de capital fixo em proporção do PIB.

a sua aplicação prática no após-guerra tem sido geralmente limitada e por períodos curtos. O caso do Chile, como se disse antes, é particularmente significativo, pela profundidade, extensão e continuidade como foi aplicado o modelo monetarista ortodoxo. Ao autorizar a sua imposição e ao conceder grande autonomia aos seus advogados, o regime político deu a este caso todo o carácter de uma «experiência».

A situação externa que prevaleceu durante os anos de aplicação do modelo teve consequências desfavoráveis sobre a economia chilena, que afectou o seu sucesso. Um caso a apontar é o do baixo preço do cobre, que persistiu durante a maior parte dos nove anos considerados; mas, ainda assim, a situação externa também continha aspectos que facilitavam a operação e a duração do modelo. Um dos mais importantes terá residido no facto de, desde 1977, o Chile ter tido acesso rápido e eficiente a capital financeiro externo que, até 1981, lhe permitiu mais do que compensar a perda de rendimentos causada pela deterioração das razões de troca <sup>(46)</sup>.

A aderência crescente à ortodoxia a partir de 1974 encontrou o seu primeiro obstáculo em 1981; e em 1982 sofreu vários notáveis reveses <sup>(47)</sup>, associados à crise interna surgida em 1981-1982, com desusada virulência, e que se estendeu a praticamente todos os sectores e grupos na economia interna. Durante 1982 o PIB e a produção da indústria transformadora reduziram-se em 14% e 22%, respectivamente, e o desemprego «aberto» afectava *um* em cada *quatro* trabalhadores. Estes e outros indicadores revelaram uma degradação substancial em relação aos já deficientes níveis atingidos em 1981, analisados no decorrer deste estudo; a recessão interna foi reforçada pela depressão na economia mundial, embora isso represente apenas uma fracção dos problemas generalizados que se levantavam à economia chilena.

Os problemas existentes no aparelho produtivo estão ligados estreitamente ao funcionamento do sistema financeiro e à abertura indiscriminada ao comércio externo. O modelo atribuiu um papel decisivo à reforma financeira, tal como se disse na secção 3; de facto, o sistema financeiro foi transformado no centro de decisões dominante na economia chilena. Tornou-se claro, em 1982, que o endividamento das empresas (e dos indivíduos) era um factor de estrangulamento na sua actividade, que crescia

---

<sup>(46)</sup> O custo da dívida e o impacte da inflação mundial sobre o valor real da dívida são discutidos em FFRENCH-DAVIS e ARELLANO (1981).

<sup>(47)</sup> Como exemplos podem referir-se o estabelecimento de uma taxa de câmbio preferencial que permitisse aos devedores privados o pagamento dos seus créditos externos, a reintrodução de controle no acesso à moeda estrangeira e a compra pelo Banco Central das dívidas atrasadas (*cartera vencida*) nos bancos privados. Estas tinham atingido 50% do capital e reservas dos bancos privados nacionais, em meados de 1982, quando o Banco Central tomou a decisão referida. A *cartera vencida* suportada pelos bancos e a vendida ao Banco Central continuaram a acumular-se rapidamente; no fim do ano atingira o dobro de Junho e, para o banco médio, excedia o seu capital e reservas.

rapidamente devido às taxas de juro em vigor, enquanto os rendimentos provenientes da actividade das empresas decaíam em resultado da recessão interna. A reforma financeira e a abertura aos movimentos de capital estrangeiros constituíam, a princípio, factores determinantes na concentração da riqueza e obstáculos ao investimento produtivo nacional. Para o fim do período em discussão revelou-se a vulnerabilidade adicional que a reforma financeira tinha introduzido na economia e o deslocamento funcional do desenvolvimento económico criado pela «febre financeira» a que deu lugar.

Os resultados observados ficam de facto, a dever-se tanto a características próprias do modelo como a erros na sua aplicação. Por exemplo, o congelamento da taxa de câmbio a \$39 por dólar não é intrínseco do modelo, que era compatível com uma taxa de câmbio fixa mais elevada e ou uma taxa livre, tal como a que foi imposta em Agosto de 1982 por um período curto. De todo o modo, em face do modelo, o não congelamento da taxa de câmbio teria impedido a redução da inflação alcançada em 1981<sup>(48)</sup>, e este era o objectivo prioritário da equipa económica na altura em que foi introduzido o congelamento da taxa de câmbio.

As características intrínsecas do modelo são de natureza diferente e são observáveis em três áreas, que formam os pilares do monetarismo ortodoxo. São elas as hipóteses de que:

- a) A «privatização» e a supressão da intervenção governamental resultam rapidamente em mercados integrados, flexíveis e bem informados e geram de forma espontânea um desenvolvimento dinâmico;
- b) Os processos de ajustamento são estabilizadores e caracteristicamente rápidos;
- c) A concorrência, mesmo entre «desiguais», conduz a um maior bem-estar da maioria.

Provou-se, em relação à experiência analisada, que são falsas as três hipóteses.

Em primeiro lugar, as políticas económicas indirectas e «neutras» foram introduzidas num contexto de concorrência entre «desiguais» e daí resultou um intensificar das diferenças. Além disso, a «neutralidade» foi abandonada em várias fases decisivas, de tal modo que instituições como as cooperativas e o sistema de poupanças misto (SINAP) foram objecto de discriminação. As restrições sobre a actividade sindical contribuíram grandemente para acentuar as desigualdades entre oferta e procura. Como se viu, a concentração do rendimento e da riqueza foi dramática.

---

(48) O congelamento da taxa de câmbio era devido, em parte, a uma variante do modelo monetarista ortodoxo, que consiste na «óptica monetarista da balança de pagamentos» e na sua sequente política monetária «neutra». Paradoxalmente, a despeito do seu extremismo marcado, esta óptica representou a «verdade irrefutável» nos meios oficiais e na maior parte dos meios de comunicação social durante três anos. Hoje em dia está completamente posta de lado.



Em segundo lugar, a lentidão dos processos de ajustamento traz consigo custos substanciais, dada a subutilização não eficiente dos recursos e os desincentivos inerentes sobre a formação de capital. O monetarismo ortodoxo, por ser estático na concepção e não dar suficiente relevo ao facto de que para vencer o longo prazo é necessário atravessar uma sucessão de curtos prazos, ignora esses custos.

Em terceiro lugar, embora um intervencionismo inadequado possa acentuar a segmentação sectorial e a heterogeneidade dos mercados, a opção alternativa extrema, que consiste no desmantelamento da acção estatal e na «privatização» indiscriminada dos meios de produção, não conduz à integração rápida e à flexibilidade dos mercados, problemas característicos do subdesenvolvimento. Consequentemente, o contexto macroeconómico resultante não é propício à coexistência da trilogia de crescimento, equidade e autonomia nacional, ingredientes básicos de um projecto de desenvolvimento nacional. A solução destes problemas exige do Estado, sob normas estritas de eficiência, o papel de condutor do processo de desenvolvimento.

Em síntese, a experiência monetarista não teve sucesso tanto na área social como no campo da produção. Produziu uma sociedade com desigualdades crescentes em muitas frentes e um predomínio das considerações de ordem económica sobre as outras actividades humanas. Acentuou pesadamente o problema do desemprego. Desencorajou o investimento e favoreceu, em geral, as tendências especulativas e de dominante financeira em detrimento de actividades provavelmente geradoras de aumentos de produtividade e de capitalização. Intensificou a vulnerabilidade ao sector externo, como ficou irrefutavelmente demonstrado pelo impacte da recessão sobre a economia chilena, maior do que em relação ao resto do mundo.

Em suma, uma experiência falhada, que na tradição democrática do Chile não poderia ter acontecido.

#### REFERÊNCIAS

- ALDUNATE, J., e J. Ruiz-Tagle — «El empleo mínimo», *Revista Mensaje*, n.º 289 (1980).
- ARELLANO, J. P. — «Sistemas alternativos de seguridad social: un análisis de la experiencia chilena», *Colección Estudios CIEPLAN 4* (Santiago, Novembro 1980).
- ARELLANO, J. P. — «Elementos para un análisis de la reforma provisional chilena», *Colección Estudios CIEPLAN 6* (Santiago, Dezembro 1981).
- ARELLANO, J. P., e R. Cortázar — «Del milagro a la crisis: algunas reflexiones sobre el momento económico», *Colección Estudios CIEPLAN 8* (Santiago, Julho 1982).
- Banco Central de Chile — *Boletín Mensual*.
- Banco Central de Chile — *Cuentas nacionales de Chile, 1960-1980*.
- Banco Central de Chile — *Estudios monetarios*, IV a VII.
- BITAR, S. — *Transición, socialismo y democracia: la experiencia chilena* (México, Siglo XXI, 1979).
- BOENNINGER, F. — «Constitución y orden económico», *Revista Mensaje*, n.º 281 (1979).
- BRUNNER, J. J. — *La cultura autoritaria en Chile* (Santiago, FLACSO, 1981).

- CAMPERO, G., e J. Valenzuela — «El movimiento sindical chileno en el capitalismo autoritario» (Santiago, ILET-Academia de Humanismo Cristiano/IPET, Dezembro 1981).
- CERRI, R. — «La centralización y concentración patrimonial en Chile», *degree thesis* (Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1979).
- CIEPLAN — *Modelo económico chileno: trayectoria de una crítica* (Santiago, Editorial Aconcagua, 1982).
- Círculo de Economía — *Seminario sobre políticas económicas para el desarrollo y la igualdad* (Santiago, Academia de Humanismo Cristiano, Junho 1980).
- CORTÁZAR, R. — «Desempleo, pobreza y distribución: Chile 1970-1981», *Apuntes CIEPLAN*, n.º 34 [Santiago, Junho 1982 a)].
- CORTÁZAR, R. — «Wages in the short-run: Chile, 1964-1981», mimeo [CIEPLAN, 1982 b)].
- CORTÁZAR, R., e J. Marshall — «Índice de precios al consumidor en Chile: 1970-1978», *Colección Estudios CIEPLAN 4* (Santiago, Novembro 1980).
- CRISPI, J. — «El agro chileno después de 1973: expansión capitalista y campesinización pauperizante», in «Six years of military government in Chile», conferencia organizada pelo Wilson Center, Washington D. C., Maio 1980.
- DAHSE, F. — *Mapa de la extrema riqueza. Los grupos económicos y el proceso de concentración de capitales* (Santiago, Editorial Aconcagua, 1979).
- Departamento de Economía — *Comentarios sobre la situación económica*, Universidad de Chile.
- DIPRES — *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos* (Santiago, 1978).
- DURAN, H. — «La industria en Chile: 1970-1979», *División conjunta de desarrollo industrial* (Santiago, CEPAL/ONUDI, Novembro 1980).
- FERRER, A. — «El monetarismo en Argentina y Chile», *Comercio exterior* (México, 1981).
- FFRENCH-DAVIS, R. — *Políticas económicas en Chile: 1952-1970* (Santiago, Ediciones Nueva Universidad, 1973).
- FFRENCH-DAVIS, R. — «Pacto Andino y libre comercio», *Revista Mensaje*, n.º 253 (Santiago, Outubro 1976).
- FFRENCH-DAVIS, R. — «Exports and industrialization in an orthodox model: Chile, 1973-1978», *Vierteljahresberichte*, n.º 75 [Bonn, Março 1979 a)], and in *CEPAL Review*, n.º 9 [Santiago, Dezembro, 1979 a)].
- FFRENCH-DAVIS, R. — «Exchange rate policies in Chile: the experience with the crawling-peg», *Colección Estudios CIEPLAN 2* [Santiago, Dezembro 1979 b)] e in J. Williamson (ed.), *Exchange Rate Rules* [London, Macmillan, 1979 b)].
- FFRENCH-DAVIS, R. — *Economía internacional: teorías y políticas para el desarrollo* [México, Fondo de Cultura Económica, 1979 c)].
- FFRENCH-DAVIS, R. — «Import liberalization: the Chilean experience, 1973-1980», *Colección Estudios CIEPLAN 4* (Santiago, Novembro 1980), e in A. e S. Valenzuela (eds.), *Chile under Military Rule* (Johns Hopkins).
- FFRENCH-DAVIS, R. — «Índice de precios externos: 1952-1980», *Notas Técnicas*, n.º 32 (Santiago, CIEPLAN, Junho, 1981).
- FFRENCH-DAVIS, R. — «Comparative advantage, equity and collective self-reliant industrialization», in G. Helleiner (ed.), *Economic Theory and North-South Negotiations* (Oslo, Institute of International Affairs, 1982).
- FFRENCH-DAVIS, R., e J. P. Arellano — «Apertura financiera externa: la experiencia chilena en 1973-1980», *Colección Estudios CIEPLAN 5* (Santiago, Julho 1981) e in R. EFrench-Davis (ed.), *Deuda externa, liberalización financiera y desarrollo nacional* (México, Fondo de Cultura Económica, 1983).
- FOXLEY, A. — «Políticas de estabilización y sus efectos sobre el empleo y la distribución del ingreso: una perspectiva latinoamericana», *Colección Estudios CIEPLAN 2* (Santiago, Dezembro 1979).
- FOXLEY, A. — «Latin American experiments in neo-conservative economics», *Colección Estudios CIEPLAN 7* (Santiago, Março 1982, e University of California Press, 1983).

- FOXLEY, A., E. Aninat e J. P. Arellano — *Las desigualdades económicas y la acción del Estado* (México, Fondo de Cultura Económica, 1980).
- FRANCO Mesa, J. — «El modelo actual y la experiencia agraria», *Revista Mensaje*, n.º 283 (1979).
- FRANCO Mesa, J. — «Qué sucede en la agricultura», *Revista Mensaje*, n.º 292 (1980).
- GRIFFITH-JONES, S. — *The Role of Finance in the Transition to Socialism*, chaps. 1 e 5 (London, Frances Pinter Publishers, 1981).
- HERRERA, J. E., e J. Morales — «La inversión financiera externa: el caso de Chile, 1974-1978», *Colección Estudios CIEPLAN 1* (Santiago, Julho 1979).
- ICECOOP — «Venta de parcelas en el sector reformado en la comuna de Catemu», *Working Paper* (Santiago, Setembro 1981).
- LAGOS, R. — «Le secteur émergent de la bourgeoisie», *Amérique Latine*, n.º 6 (Paris, CETRAL, 1981).
- LAHERA, E. — «Las empresas transnacionales en la economía chilena», *Revista de la CEPAL*, n.º 14 (Agosto 1981).
- MARSHALL, J. — «El gasto en Chile: 1969-1979», *Colección Estudios CIEPLAN 5* (Santiago, Julho 1981).
- MELLER, P., R. Cortázar e J. Marshall — «La evolución del empleo en Chile: 1974-1978», *Colección Estudios CIEPLAN 2* (Santiago, Dezembro 1979) e in *Latin American Research Review*, vol. xvi, n.º 2 (1981).
- MILL, S. T. — «El modelo económico: balance y perspectivas», *Revista Mensaje*, n.º 282 (1979).
- Ministry of Finance — *Exposición sobre el estado de la hacienda pública. Annual*.
- MOULIÁN, T., e P. Vergara — «Coyuntura económica y reacciones sociales: las fases de la política económica en Chile, 1973-1978», *Apuntes CIEPLAN*, n.º 22 (Santiago, Novembro 1979).
- MOULIÁN, T., e P. Vergara — «Estado, ideología y políticas económicas en Chile: 1973-1978», *Colección Estudios CIEPLAN 3* (Santiago, Junho 1980).
- MUÑOZ, O. — «Desarrollo, distribución del ingreso y democratización», *Estudios CIEPLAN*, n.º 32 (Santiago, Abril 1979).
- MUÑOZ, O. e A. M. Arriagada — «Orígenes políticos y económicos del estado empresarial en Chile», *Estudios CIEPLAN*, n.º 16 (Santiago, Setembro 1977).
- PINTO, A. — «Chile, el modelo ortodoxo y el desarrollo nacional», *El Trimestre Económico*, n.º 192 [Outubro-Dezembro, 1981 a)].
- PINTO, A. — «Apertura al exterior», *Revista Mensaje*, n.º 298 [1981 b)].
- Política y Espíritu — «Informe económico», *Política y Espíritu*, n.º 357 (1975).
- RACZYNSKI, D., e C. Oyarzo — «Por qué cae la tasa de mortalidad infantil en Chile?», *Colección Estudios CIEPLAN 6* (Santiago, Dezembro 1981).
- RAMOS, J. — «El costo social: hechos e interpretaciones», *Estudios de Economía* (Santiago, 1975).
- RAMOS, J. — «Inflación persistente, inflación reprimida e interpretaciones: lecciones de inflación y estabilización en Chile», *Desarrollo Económico*, vol. 18, n.º 69 (Buenos Aires, Abril-Junho 1978).
- RUIZ-TAGLE, J. — «El nuevo plan laboral: libertad o liberalismo?», *Revista Mensaje*, n.º 281 [1979 a)].
- RUIZ-TAGLE, J. — «Seis años de política social: una revolución en marcha», *Revista Mensaje*, n.º 282 [1979 b)].
- RUIZ-TAGLE, J. — «Desarticulación de la educación», *Revista Mensaje*, n.º 291 (1980).
- RUIZ-TAGLE, J. — «Reformas en la educación superior», *Revista Mensaje*, n.º 297 (1981).
- TIRONI, E., e J. Barría — «La Disputada: de la Enami a la Exxon», *Revista Mensaje*, n.º 271 (1978).
- VEGA, H. — «Situación económica y acción sindical», *Programa de Economía del Trabajo* (Santiago, Academia de Humanismo Cristiano, Outubro 1981).
- VERGARA, P. — «Apertura externa y desarrollo industrial en Chile: 1974-1978», *Colección Estudios CIEPLAN 4* (Santiago, Novembro 1980).
- VERGARA, P. — «Las transformaciones de las funciones económicas del Estado em Chile bajo el régimen militar», *Colección Estudios CIEPLAN 5* (Santiago, Julho 1981).

- VIGNOLO, C. — «Inversión extranjera en Chile, 1974-1979», *Revista Mensaje*, n.º 286 (1980).
- VIGNOLO, C. — «El cobre en el desarrollo nacional: evolución reciente, perspectivas y estrategias», *Centro de Estudios del Desarrollo* (Santiago, Agosto 1982).
- ZAHLER, R. — «Repercusiones monetarias y reales de la apertura financiera exterior: el caso chileno, 1975-1978», *Revista de la CEPAL*, n.º 10 (Abril 1980).
- ZAÑARTU, M. — «Gasto social en los pobres», *Revista Mensaje*, n.º 290 (1980).

*FFRENCH-DAVIS, Ricardo.* — **A experiência monetarista no Chile: uma abordagem crítica.**

**RESUMO:**

O Chile constitui o caso mais expressivo de aplicação de um modelo extremo de economia de mercado. Durante 9 anos, de 1973 a 1982, a aplicação desse modelo em toda a sua «pureza», profundidade e extensão levou a transformações drásticas na economia chilena.

No artigo são examinadas as principais características do modelo, focando a política anti-inflacionista, a reforma do sistema fiscal e a abertura ao exterior, e estudam-se os resultados globais respeitantes à produção, distribuição do rendimento e poupança-investimento.

O artigo revela como o saldo final foi claramente negativo durante o período de 1973-1981: a produção estagnou, a concentração da riqueza foi espectacular e as taxas de poupança e investimento caíram significativamente. As próprias características do modelo e o enfraquecimento do aparelho produtivo resultante da sua aplicação explicam adicionalmente como a recessão internacional se repercutiu durante 1982 na economia interna.

O artigo termina com uma tentativa de interpretação das principais causas do insucesso desta «experiência».

*FFRENCH-DAVIS, Ricardo.* — **The monetarist experiment in Chile: a critical survey.**

**ABSTRACT:**

Chile constitutes the most outstanding case of implementation of an extreme market economy model. During nine years, between 1973 and 1982, a model was implemented that for its 'pureness', deepness and extension induced a drastic transformation of the Chilean economy. The main features of the model are examined, focusing on the anti-inflationary policy, the reform of the financial system, and the external opening. Then the global results concerning output, income distribution and saving-investment are studied. The paper shows that the balance of the results was clearly negative during the 1973-1981 period: output stagnated, the concentration of wealth was spectacular, and saving and investment rates fell significantly. The characteristics themselves of the model and the weakening of the productive apparatus that they originated, additionally explain that the international recession was multiplied during 1982 within the domestic economy. The paper concludes with an attempt to interpret the main causes of the failure of this 'experiment'.

